



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL  
SUSTENTÁVEL**

**TOMADA E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**E X E R C Í C I O - 2007.**

**S U M Á R I O**

**I – IDENTIFICAÇÃO**

**- UNIDADE JURISDICIONADA**

**II – ROL DE RESPONSÁVEIS**

**III – RELATÓRIO DE GESTÃO**

**IV – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

**V - DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL – CGRH/MMA.**

**BRASÍLIA, FEVEREIRO 2008.**

# RELATÓRIO DE GESTÃO

E X E R C Í C I O - 2007.

## ***I - UNIDADE JURISDICIONADA:***

**UNIDADE: SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

**NATUREZA JURÍDICA:** Órgão da administração direta do Poder Executivo

**VINCULAÇÃO MINISTERIAL:** Ministério do Meio Ambiente

**SIGLA:** SEDR

**CADASTRO NACIONAL - PESSOA JURÍDICA Nº. :** 37.115.375/0001-07.

**ENDEREÇO:** Esplanada dos Ministérios – bloco “B” - 9º andar – Brasília/DF.

**CEP:** 70.068-900

**Fone:** (61) 3317.1092, 3317.1093; 3317.1091

**ENDEREÇO PÁGINA INSTITUCIONAL (Internet) :** [www.mma.gov.br/port/sds/index.cfm](http://www.mma.gov.br/port/sds/index.cfm)

**UNIDADE GESTORA:** 440040-Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável-SEDR.

**GESTÃO:** 00001

**NORMA DE CRIAÇÃO:** Lei nº.10.683, de 28/05/2003 – DOU de 29/05/2003

**ESTRUTURA REGIMENTAL:** Decreto nº. 6.101, de 26 de abril de 2007 – D.O.U. De 27/04/2007.

## **UNIDADES GESTORAS VINCULADAS:**

- 440046- PDPI-(contrato-20065136 – KFW)
- 440047-Projeto de Ecoturismo - (contrato- 1216-BID/OCBR).
- 440051-PDA- (contrato- 9466335/KFW.)
- 440054-Projeto de Manejo de Recursos Naturais da Várzea - (contrato – 9866237/KFW.)
- 440073-Projeto Base-Cartográfica

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.**

***RELATÓRIO DE GESTÃO - 2007***

**DECLARAÇÃO PLENA**

Declaro, para fins do disposto no § 1º do art. 5º da Decisão Normativa TCU nº.85/2007, alterado pela de nº. 88/2007, que as informações de responsáveis desta Unidade Jurisdicionada, da qual sou dirigente máximo, contidas em banco de dados informatizado, são fidedignas.

Estou ciente das responsabilidades civis desta declaração.

Brasília DF, de fevereiro de 2008.

**EGON KRAKHECKE**  
**Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento**  
**Rural Sustentável**

## ROL DE RESPONSÁVEIS – PPA.

CÓDIGO- SIAFI/NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	RESPONSÁVEL
<p><b>916</b> - Responsável pela definição de critérios de distribuição de recursos à conta de convênio, acordo, ajustes, termo de parceria ou outro instrumento de execução indireta ou descentralizada.</p>	<p>EGON KRAKHECKE, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Matrícula SIAPE nº 0724601. Unidades Gestoras-UGs 440040 e vinculadas.</p>
<p><b>917</b> - Responsável pela definição de critérios de distribuição de recursos à conta de convênio, acordo, ajustes, termo de parceria ou outro instrumento de execução indireta ou descentralizada.(Substituto)</p>	<p>ROBERTO RICARDO VIZENTIN, Co-Gestor substituto e Ordenador de Despesas-substituto, Matrícula SIAPE nº 6666575. UG 440040 e vinculadas.</p>
<p><b>918</b> - Responsáveis pela aprovação de Plano de Trabalho, acordo, ajustes, termo de parceria, ou outro instrumento de execução indireta ou descentralizada.</p>	<p>ROBERTO RICARDO VIZENTIN, Diretor do Departamento Zoneamento Territorial, Matrícula SIAPE nº 1370186. 0512. PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL, Diretor de Departamento do de Desenvolvimento Rural Sustentável, Matrícula SIAPE nº 1498469. 0499, 0511, 1270 e 1080. MURIEL SARAGOUSSI, Diretora de Departamento de Extrativismo, Matrícula SIAPE nº 663612.0151 e 1145. JÖRG ZIMMERMANN, Coordenador do Programa de Fomento a Projetos Demonstrativos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação na Amazônia (Programa Piloto) – na Região Norte, Matrícula SIAPE nº 6666575. 0502.</p>
<p><b>919</b> - Responsáveis pela aprovação de Plano de Trabalho, acordo, ajustes, termo de parceria, ou outro instrumento de execução indireta ou descentralizada. (Substitutos).</p>	<p>LEILA SWERTS, Analista Ambiental, Matrícula SIAPE nº 1487902. 0512. ALLAN KARDEC MOREIRA MILHOMENS, Gerente de Projetos-DAS 101.4, Matrícula SIAPE nº 683262. 0499, 0511, 1270 e 1080. CLÁUDIA MARIA CALÓRIO, Coordenadora de Agroextrativismo-DAS 101.4, Matrícula SIAPE nº 1481626. 0151, 1145 e 0502.</p>
<p><b>920</b> - Responsáveis pela aprovação das prestações de contas de recursos concedidos mediante convênio, acordo, ajuste, termos de parceria, ou outro instrumento de execução indireta ou descentralizada.</p>	<p>ROBERTO RICARDO VIZENTIN, Diretor do Departamento Zoneamento Territorial, Matrícula SIAPE nº 1370186 (responsável pelo parecer técnico). UGs 0512. PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL, Diretor de Departamento do de Desenvolvimento Rural Sustentável, Matrícula SIAPE nº 1498469 (responsável pelo parecer técnico). 0499, 0511, 1270 e 1080. MURIEL SARAGOUSSI, Diretora de Departamento de Extrativismo, Matrícula SIAPE nº 663612. (responsável pelo parecer técnico). 0151 e 1145. JÖRG ZIMMERMANN, Coordenador do Programa de Fomento a Projetos Demonstrativos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação na Amazônia (Programa Piloto) – na Região Norte, Matrícula SIAPE nº 6666575. (responsável pelo parecer técnico) 0502. RENATO ALVES, Assessor Técnico-DAS 102.3, Matrícula SIAPE nº 15644, (responsável pelo parecer financeiro). UG 440040 e vinculadas.</p>
<p><b>921</b> - Responsáveis pela aprovação das prestações de contas de recursos concedidos mediante convênio, acordo, ajuste, termos de parceria, ou outro instrumento de execução indireta ou descentralizada. (Substitutos).</p>	<p>LEILA SWERTS, Analista Ambiental, Matrícula SIAPE nº 1487902 (responsável pelo parecer técnico). 0512. ALLAN KARDEC MOREIRA MILHOMENS, Gerente de Projetos-DAS 101.4, Matrícula SIAPE nº 683262. 0499, 0511, 1270, 1080 e 0502. CLÁUDIA MARIA CALÓRIO, Coordenadora de Agroextrativismo-DAS 101.4, Matrícula SIAPE nº 1481626 (responsável pelo parecer técnico). 0151 e 1145. ALBERTO DOS SANTOS RUFINO, Assessor Técnico DAS 102.3, Matrícula SIAPE nº 6745020 (responsável pelo parecer financeiro). UG 440040 e vinculadas.</p>

<p><b>924</b> - Gerentes responsáveis pela gestão de programa governamental definido no Plano Plurianual ou na Lei Orçamentária Anual.</p>	<p>PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL, Diretor de Departamento do de Desenvolvimento Rural Sustentável, Matrícula SIAPE nº 1498469 (responsável pelo parecer técnico). 1270 e 1080.  MURIEL SARAGOSSI, Diretora de Departamento de Extrativismo, Matrícula SIAPE nº 663612. 0151 e 1145.  ALLAN KARDEC MOREIRA MILHOMENS, Gerente de Projetos-DAS 101.4, Matrícula SIAPE nº 683262. 0499, 0511,0512  ROBERTO RICARDO VIZENTIN, Diretor do Departamento Zoneamento Territorial, Matrícula SIAPE nº 1370186 . 0512.  JÖRG ZIMMERMANN, Coordenador do Programa de Fomento a Projetos Demonstrativos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação na Amazônia (Programa Piloto) – na Região Norte, Matrícula SIAPE nº 6666575. 0502</p>
<p><b>925</b> - Gerentes responsáveis pela gestão de programa governamental definido no Plano Plurianual ou na Lei Orçamentária Anual. (Substitutos).</p>	<p>LEILA SWERTS, Analista Ambiental, Matrícula SIAPE nº 1487902. 0512  PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL, Diretor de Departamento do de Desenvolvimento Rural Sustentável, Matrícula SIAPE nº 1498469 0499, 0511, 1270 e 1080  ALLAN AINER BOCCATO FRANCO, Analista Ambiental, Matrícula SIAPE nº 2438718. 0151.  PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL, Diretor de Departamento do de Desenvolvimento Rural Sustentável, Matrícula SIAPE nº 1498469. 0499, 1270 e 1080  ALLAN KARDEC MOREIRA MILHOMENS, Gerente de Projetos-DAS 101.4, Matrícula SIAPE nº 683262. 511  ALLAN AINER BOCCATO FRANCO, Analista Ambiental, Matrícula SIAPE nº 2438718. 0151 e 1145.</p>
<p><b>926</b> - Coordenadores de Ação/PPA</p>	<p>ROBERTO RICARDO VIZENTIN, Diretor do Departamento Zoneamento Territorial, Matrícula SIAPE nº 1370186 . 0512.  JÖRG ZIMMERMANN, Coordenador do Programa de Fomento a Projetos Demonstrativos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação na Amazônia (Programa Piloto) – na Região Norte, Matrícula SIAPE nº 6666575. 0502</p>



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.

*RELATÓRIO DE GESTÃO – 2007*

**Identificação**

O ano de 2007 foi significativo para a área ambiental em razão das mudanças estruturais ocorridas no Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, com a criação de um Instituto e revisão das atribuições do Ministério do Meio Ambiente e IBAMA.

Em 27 de abril de 2007, por meio da Medida Provisória nº 366, de 26 de abril de 2007, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade- Instituto Chico Mendes, medida convertida na Lei nº11.516, de 28 de agosto de 2007.

Nesta mesma data, foi editado o Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Meio Ambiente, e dá outras providências.

Este Decreto determinou que a estrutura organizacional do Ministério do Meio Ambiente seria composta por órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado: a) Gabinete; b) Secretaria Executiva; c) Assessoria de Assuntos Internacionais e d) Consultoria Jurídica.

Também foi previsto os órgãos específicos singulares: a) Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental com os seguintes Departamentos: 1. Departamento de Mudanças Climáticas; 2. Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental e 3. Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria; b) Secretaria de Biodiversidade e Florestas com os seguintes Departamentos: 1. Departamento de Conservação da Biodiversidade; 2. Departamento de Florestas; 3. Departamento de Áreas Protegidas; 4. Departamento do Patrimônio Genético; c) Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente Urbano com os seguintes Departamentos: 1. Departamento de Recursos Hídricos; 2. Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas 3. Departamento de Ambiente Urbano. **d) Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável com os seguintes Departamentos: 1. Departamento de Extrativismo; 2. Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável; e 3. Departamento de Zoneamento Territorial;** e) Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental com os seguintes Departamentos: 1. Departamento de Coordenação do Sistema Nacional do Meio Ambiente; 2. Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental; e 3. Departamento de Educação Ambiental.

Portanto, diante de tais mandamento houve uma total reestruturação do Ministério do Meio Ambiente neste período, que compreende o interstício entre a elaboração do relatório de 2006 e 2007.

A nova Secretaria – **de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável** – possui como atribuições a proposição de políticas, normas, estratégias e promoção de estudos, visando o desenvolvimento sustentável nas seguintes áreas: gestão e ordenamento ambiental do território, gerenciamento ambiental de áreas costeiras, agroextrativismo, experiências demonstrativas de desenvolvimento sustentável, cadeias produtivas baseadas nos recursos da sociobiodiversidade, recuperação de áreas degradadas no meio rural, aspectos ambientais da produção sustentável de biocombustíveis; planejamento ambiental da aquicultura, políticas de reposição florestal e a sustentabilidade ambiental da atividade turística e com o desenvolvimento do turismo.

Além de proposição de políticas e normas cabe à SEDR: a) coordenar a elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico-ZEE no território nacional e promover os ZEE das unidades da federação; b) promover a adoção de tecnologias sustentáveis, especialmente nas atividades relacionadas à agricultura, ao agroextrativismo e à agroindústria e suas cadeias produtivas; c) promover o desenvolvimento de produtos e processos derivados de recursos genéticos da biodiversidade, a partir da bioprospecção e da caracterização técnico-econômica de cadeias produtivas;d) fomentar a gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável junto às populações tradicionais, aos povos indígenas, aos assentamentos rurais e demais produtores familiares.

Observa-se que esta total revisão das atribuições da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável para a sua transformação em Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável compreendeu a inserção de novas finalidades e desafios, tais como a elevação do Extrativismo ao status de Diretoria, com a ênfase dada à Política dos Povos e Comunidades Tradicionais, que passou a ser um dos carros chefes da SEDR, juntamente, com a o Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável, responsável por este setor antes tratado de maneira esparsa no âmbito do Ministério.

Cabe acrescentar que o zoneamento ecológico-econômico -ZEE, antes um programa dentro de uma Diretoria, foi elevado ao status de Departamento, diante da sua fundamental importância no planejamento ambiental.

Portanto, o ano de 2007 foi voltado à reestruturação interna, quanto à redefinição de atribuições *vis a vis* programas existentes, distribuição interna de pessoal, discussão das agendas a serem cumpridas pela Secretaria, enfim todas as medidas necessárias à efetiva implantação da nova estrutura do Ministério do Meio Ambiente.

Possuindo estes três focos – Populações Tradicionais, Desenvolvimento Rural Sustentável e Zoneamento Ecológico Econômico, espera-se que possa ser dado um novo e grande passo no âmbito da política nacional do meio ambiente, a partir do atendimento destes temas estratégicos para a consolidação do desenvolvimento sustentável.



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.**

**RELATÓRIO DE GESTÃO - 2007**

**PROGRAMA - 0512 – ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONOMICO.**

**AÇÕES QUE INTEGRAM O PROGRAMA NA UNIDADE JURISDICIONADA:**

**2272.0001** – Gestão e Administração do Programa.

**7413.0001** – Macro zoneamento Ecológico-Econômico na Escala 1:1.000.000.

**7570.0001** – Implantação de Sistema de Informações Geo-referenciadas para o Desenvolvimento do Ecoturismo.

**7965.0001** – Implantação do Sistema Gerenciador de Banco de Dados sobre Zoneamento Ecológico-Econômico.

**1J30.0001** – Elaboração de Base Cartográfica Digital da Amazônia Legal.



#### 4. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

##### 4.1.1. PROGRAMA 0512 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

###### 4.1.1.1. Dados gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do País.
Gerente do programa	Egon Krakhecke
Gerente executivo	Roberto Ricardo Vizentin
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Zoneamento do Território Nacional
Público-alvo (beneficiários)	Agentes de planejamento e gestão ambiental (locais, regionais, nacionais) e agentes econômicos e sociais (segmentos produtivos, agências de controle e de fomento, investidores, trabalhadores)

###### 4.1.1.2. Principais Ações do Programa

<b>Código</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Executora</b>
7570	Implantação de Sistema de Informações Georreferenciadas para o Desenvolvimento do Ecoturismo	DZT/SEDR/MMA
2272	Gestão e Administração do Programa	DZT/SEDR/MMA
7965	Implantação do Sistema Gerenciador sobre Banco de Dados do ZEE	DZT/SEDR/MMA
7413	Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil na escala 1:1000.000	DZT/SEDR/MMA
1J30	Elaboração da Base Cartográfica Digital da Amazônia Legal	DZT/SEDR/MMA

### 4.1.1.3. Gestão das ações

#### 4.1.1.3.1. Ação 7570 – Implantação de Sistema de Informações Georreferenciadas para o Desenvolvimento do Ecoturismo

##### 4.1.1.3.1.1. Dados gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Coletar, sistematizar e georreferenciar informações sobre destinos ecoturísticos, especialmente em áreas protegidas e seus entornos, para orientar o planejamento e execução de projetos de governos, empreendedores e agências de fomento no desenvolvimento do ecoturismo.
Descrição	Apoiar a realização de Planos de Manejo em unidades de conservação e realizar o Zoneamento Ecológico-Econômico das áreas adjacentes, visando identificar potenciais usos para o ecoturismo. Indicar zonas preferenciais onde a atividade ecoturística se desenvolverá prioritariamente (micro-regiões). Caracterizar as comunidades (aspectos sociais, educacionais e econômicos e problemas existentes). Elaborar diagnóstico das potencialidades econômicas de uso sustentável dos recursos culturais, cênicos, físicos e biológicos. Realizar o levantamento de informações de fontes primárias e secundárias dos ambientes: naturais, sócio-econômicos, culturais, históricos, nas áreas protegidas e adjacências. Elaborar base cartográfica da área estudada, incluindo as unidades de conservação, as vias de acesso e os principais pontos positivos, propulsores do desenvolvimento ecoturístico local/regional, bem como os pontos críticos (áreas sensíveis ou degradadas) que possam ter influência negativa na sua implantação. Montar base de dados georreferenciadas relacionadas a inventários sobre produtos, roteiros e serviços referentes à atividade de turismo. Desenvolver a estrutura lógica e alimentar banco de dados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	440040
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Desenvolvimento Rural Sustentável-DRS
Coordenador nacional da ação	Allan Kardec Moreira Milhomens
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

##### 4.1.1.3.1.2. Resultados

- Protótipo do sistema administrativo implementado
- Banco de dados, banco de imagens, Unidades de Paisagem e mapas temáticos em 2D (I3Geo) das duas áreas piloto -PARNA Serra dos Orgãos e Apa do Delta do Parnaíba sistematizado
- Conceito do Portal para Internet criado, definido arquitetura e navegação das informações. Em fase de desenvolvimento de layout e programação.

#### 4.1.1.3.2. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

##### 4.1.1.3.2.1. Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	440040 e 440001
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Zoneamento Territorial -DZT
Coordenador nacional da ação	Roberto Ricardo Vizentin
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

##### 4.1.1.3.2.2. Resultados

O montante refere-se principalmente ao pagamento de pessoal temporário e apoio administrativo, técnico e operacional necessário e coerente à execução administrativa do programa.

#### 4.1.1.3.3. Ação 7965 - Implantação do Sistema Gerenciador sobre Banco de Dados do ZEE

##### 4.1.1.3.3.1. Dados gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Dotar a gerência e os usuários do Programa, bem como os executores regionais, estaduais e locais de ZEE, de informações sistematizadas e organizadas em uma mesma base de dados.
Descrição	Desenvolvimento do Projeto do Banco de Dados; padronização da linguagem entre as instituições consorciadas; implantação do sistema de tratamento da informação espacial; desenvolvimento, manutenção e suporte para produtos de software de domínio público para geração de produtos de Programa; aquisição, tratamento e interpretação de imagens de sensoriamento remoto para atualizar cartografia básica e temática e identificar unidades ambientais; construção e manutenção de portal na internet; compartilhamento de dados e procedimentos entre diferentes bancos; criação de módulos de acesso.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	440040
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Zoneamento Territorial -DZT
Coordenador nacional da ação	Roberto Ricardo Vizentin
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

##### 4.1.1.3.3.2. Resultados

- Contratação de consultoria para identificar, classificar e organizar todos os ZEEs elaborados por órgãos federais e estaduais.
- Elaboração de termo de referência para contratar a recuperação dos ZEEs identificados e montar um banco de dados com as informações referentes a esses projetos.
- Participação no Sistema de Bases Compartilhadas de Dados sobre a Amazônia - BCDAM no Grupo Temático de Planejamento e na coordenação do Grupo Temático de Geotecnologias e Intercâmbio de Dados Geográficos
- Apoio ao Sistema de Bases Compartilhadas de Dados sobre a Amazônia – BCDAM, em parceria com o Departamento de Articulação de Ações para Amazônia, no gerenciamento da Secretaria-Executiva do BCDAM; no Grupo Temático de Planejamento; na coordenação do Grupo Temático de Geotecnologias e Intercâmbio de Dados Geográficos; na elaboração do Histórico BCDAM 10 Anos Compartilhando Dados e Informações sobre a Amazônia
- Participação na Comissão Nacional de Cartografia, com encaminhamento de ações relativas ao Projeto da Base Cartográfica Digital em escala 1:100.000 da Amazônia Legal, com intuito de incorporar as bases de dados cartográficos e geográficos estaduais ao Sistema Nacional de Cartografia e à Infra-estrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE e na proposição da atualização das bases cartográficas da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno – RIDE-DF para a versão 2007 da Mapoteca Nacional Digital.

#### **4.1.1.3.4. Ação 7413 - Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil na escala 1:1000.000**

##### **4.1.1.3.4.1. Dados gerais**

Tipo	Projeto
Finalidade	Consolidar o macrodiagnóstico e macrozoneamento do país na escala da União
Descrição	Elaboração de macrocenários exploratórios de desenvolvimento e uso dos recursos naturais, na escala nacional, para orientar projetos regionais e locais de Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE, bem como subsidiar a discussão sobre desenvolvimento regional no Brasil; organização e aplicação de indicadores nacionais; articulação, padronização e automatização da base de informações na escala do milhão
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	440040
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Zoneamento Territorial-DZT
Coordenador nacional da ação	Roberto Ricardo Vizentin
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

##### **4.1.1.3.4.2. Resultados**

A finalidade do MacroZoneamento do Brasil é a de subsidiar a formulação de políticas e estratégias de ocupação e uso do território nacional, em conformidade com as diretrizes e objetivos do planejamento orientado para o desenvolvimento do país em bases sustentáveis.

Em função da importância estratégica que a Amazônia tem para o desenvolvimento do Brasil e para o equacionamento das grandes questões ambientais do planeta, priorizou-se o MacroZoneamento dessa região, a partir da sistematização do conhecimento já produzido, gerando-se um primeiro produto denominado Mapa Integrado do ZEE da Amazônia Legal. Com base no aperfeiçoamento desse produto e na espacialização das principais políticas do Governo Federal para a região, como o PAC, o PAS e demais planos em execução, serão definidas as diretrizes e estratégias para assegurar a sustentabilidade dessas iniciativas, assim como para orientar novas ações de ocupação e uso do território amazônico em conformidade com as recomendações do MacroZEE.

Ainda em 2007, o MacroZEE do Brasil avançou em duas áreas geográficas prioritárias para as ações do Governo Federal: na Bacia do Rio São Francisco e na Bacia do Rio Parnaíba. O MacroZEE dessas duas áreas encontra-se em fase adiantada, sendo que seus produtos finais, que inclui seus respectivos Mapas de Gestão, serão disponibilizados até final de 2008. Entretanto, os produtos intermediários gerados já estão balizando a implementação de várias ações nessas áreas, a exemplo daquelas associadas ao Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco.

Também foi realizado, no âmbito do Consórcio ZEE Brasil, um grande esforço de

interpretação e atualização do conhecimento sobre as principais dinâmicas e transformações territoriais contemporâneas no Brasil, com a finalidade de estabelecer medidas concretas no escopo do Projeto MacroZEE Brasil, capazes de responderem aos novos desafios que estas transformações representam para a sustentabilidade do desenvolvimento do país. Tais contribuições serão apresentadas, difundidas e internalizadas nas várias instituições e esferas de governo, assim como nas instituições da sociedade civil, durante o primeiro semestre de 2008.

Um produto importante para a realização do MacroZEE foi levantamento das políticas públicas federais em curso no país, com implicação sobre o ordenamento territorial. Para além do zoneamento, esse trabalho está contribuindo com a construção da Política Nacional de Ordenamento Territorial, uma iniciativa coordenada pela Casa civil da Presidência da República e que encontra-se em fase de conclusão.

Cabe ressaltar que o MacroZEE Brasil está sendo realizado mediante um forte e estreito diálogo com os governos estaduais, em uma construção que valoriza os ZEEs executados pelos entes federados e os considera com uma dimensão do próprio MacroZEE. Na medida do possível, o Governo Federal vem apoiando os estados na realização e implementação dos seus zoneamentos, ao mesmo tempo em que procura estabelecer um movimento convergente e sinérgico entre a visão macro do território nacional e a realidade de cada região e estado.

Trabalhou-se ainda na reunião e organização das informações produzidas por projetos de ZEE realizados em diversas escalas e em parcelas do território nacional. Municípios, estados da federação e órgãos federais têm executado ZEEs e avançado na conexão entre os produtos gerados e os instrumentos de políticas públicas, com o objetivo de efetivar ações de gestão ambiental e territorial. O quadro e o mapa a seguir apresentam uma consolidação parcial deste levantamento.

#### 4.1.1.3.5. Ação 1J30 - Elaboração da Base Cartográfica Digital da Amazônia Legal

##### 4.1.1.3.5.1. Dados gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Elaborar a base cartográfica digital contínua da Amazônia Legal em escala 1:100.000.
Descrição	Avaliação e validação (homologação pela Diretoria de Serviços Geográficos do Exército - DSG e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE) das bases cartográficas elaboradas pelos estados de Rondônia, Acre, Maranhão, Tocantins e Amapá. Conversão para o meio digital e atualização da base analógica existente, elaborada pela DSG e pelo IBGE. Elaboração da base preliminar do vazão cartográfico existente na região. Ajuste, correção e homologação da base cartográfica do Estado do Mato Grosso. Integração das bases em arquivo digital único.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	440073
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Zoneamento Territorial-DZT
Coordenador nacional da ação	Roberto Ricardo Vizentin
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

##### 4.1.1.3.5.2. Resultados

Ao longo de 2007, foram encaminhados os procedimentos e negociações com objetivo de efetivar a assinatura do contrato de Doação entre o BIRD e o governo brasileiro para viabilizar os recursos para esta ação. Tal assinatura ocorreu em 6 de dezembro de 2007.

#### **Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação**

Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contra-partida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
	Previsto	Realizado		Motivo**	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
US\$5M	US\$4,5M	US\$500mil		Não houve transferências em 2007 pois a assinatura do Contrato só ocorreu em 6 de dezembro de 2007.				
	obs: trata-se de Doação							

## SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

## RELATÓRIO DE GESTÃO – 2007

DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERENCIAS REALIZADAS (CONVÊNIOS E OUTROS) IN.TCU-nº 85 – anexo X – item 3

## A CONTA DO PROGRAMA 0512 – ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECÔNOMICO

AÇÃO	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DO TERMO	REPASSADO NO EXERCÍCIO	OBJETIVO	SITUAÇÃO
2272.0001	PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	MMA/MRE/PNUD PRODOC-BRA-00/022-"Apoio as Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável" vigência: junho? 2001 a junho/2008 – Revisão Substantiva " O ", assinada em 21/12/2007	244.408,00	Planejamento, programação e coordenação, de forma articulada, participativa e descentralizada, a execução do zoneamento ecológico-econômico no território nacional- atendimento ao recultado 1.4 – PRODOC	PROJETO EM CURSO
7413.0001	PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	MMA/MRE/PNUD PRODOC-BRA-00/022-"Apoio as Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável" vigência: junho? 2001 a junho/2008 – Revisão Substantiva " O ", assinada em 21/12/2007	131.000,00	Planejamento, programação e coordenação, de forma articulada, participativa e descentralizada, a execução do zoneamento ecológico-econômico no território nacional- atendimento ao recultado 1.4 – PRODOC	PROJETO EM CURSO
	CONVÊNIO	2007CV000001-SEDR, CONVENENTE: INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL VIGENCIA:SETEMBRO-2008 – Pub.DOU de 21/12/2007	200.000,00	Definição de metodologia e a recuperação de dados secundários para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado, na sua 1ª etapa .	VALOR TOTAL DA AVENÇA: 225.000,00 -RECURSO MMA: R\$200.000,00 – CONTRAPARTIDA ESTADUAL: R\$25.000,00 – RECURSO LIBERADO EM: 26/12/2007. Convênio EM CURSO
7570.0001	DESCENRALIZAÇÃO-EXTERNA	Portaria GM. nº.606 – 07/12/2007 FAVORECIDO: FUB/UNB VIGENCIA:12/2007 A 05/08	150.000,00	Desenvolver Projeto "Sistema de Informações Geográficas para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Região do Parque Nacional da Serra da Canastra/MG e no Parque Nacional Marinho de Abrolhos	Projeto em execução, tendo recebido aporte orçamentário e financeiro a conta do Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco no valor de R\$111.000,00. valor total repassado:R\$261.000,00
7965.0001	PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	MMA/MRE/PNUD PRODOC-BRA-00/022-"Apoio as Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável" vigência: junho? 2001 a junho/2008 – Revisão Substantiva " O ", assinada em 21/12/2007	170.000,00	Planejamento, programação e coordenação, de forma articulada, participativa e descentralizada, a execução do zoneamento ecológico-econômico no território nacional- atendimento ao recultado 1.4 – PRODOC	PROJETO EM CURSO
<b>T O T A L</b>			<b>895.408,00</b>		



SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2007

DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS – DESPESAS NO EXERCÍCIO

PROGRAMA : 0512 –ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

<b>AÇÃO</b>	<b>DESPESAS COMDIÁRIAS</b>	<b>DESPESAS COM PASSAGENS</b>	<b>TOTAL APLICADO</b>
<b>0512.2272-0001 – Gestão e Administração do Programa</b>	25.990,82	82.833,80	108.824,62
<b>TOTAL</b>			<b>108.824,62</b>

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.**

**RELATÓRIO DE GESTÃO - 2007**

**PROGRAMA - 1145 – COMUNIDADES TRADICIONAIS.**

**AÇÕES QUE INTEGRAM O PROGRAMA NA UNIDADE JURISDICIONADA:**

**0778.0001** – Apoio às Organizações Extrativistas da Amazônia.

**2272.0001**– Gestão e Administração do Programa.

**6060.0001** – Capacitação de Comunidades Tradicionais.

**6040.0001** – Assistência Técnica a Produção e Comercialização de Produtos Extrativistas na Amazônia.

**6087.0001** – Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentáveis de Comunidades Tradicionais.

**6230.0001** – Gestão Ambiental em Terras Quilombolas – Região Norte

#### 4.1.1. PROGRAMA 1145 - COMUNIDADES TRADICIONAIS

##### 4.1.1.1. Dados Gerais:

**Tabela 1 – Dados Gerais do Programa**

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Melhorar a qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais, por meio de assistência técnica e financeira a empreendimentos produtivos e a iniciativas de auto-organização associadas à gestão ambiental.
Gerente do Programa	Egon Krakhecke
Gerente Executivo	Muriel Saragoussi
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Comunidades Tradicionais com Beneficiamento da Produção
Público-alvo (beneficiários)	Comunidades e entidades representativas de populações tradicionais

##### 4.1.1.2 Principais Ações do Programa

<b>Ação</b>	<b>Razões de sua importância</b>
0778 - Apoio às Organizações das Comunidades Tradicionais	Fornecer as condições objetivas na forma de recursos financeiros para que as comunidades possam fortalecer sua capacidade produtiva e organização social, além de contribuir com a elaboração e aperfeiçoamento de políticas públicas específicas para seu público beneficiário.
6060 - Capacitação das Comunidades Tradicionais	Favorece às comunidades tradicionais o acesso à recursos provenientes de políticas públicas, por meio de formação e informação.
6040 - Assistência Técnica à Produção e à Comercialização de Produtos Extrativistas na Amazônia	Apoia o desenvolvimento de cadeias produtivas baseadas em recursos da sociobiodiversidade, prioritárias para povos e comunidades tradicionais, por meio do uso sustentável, da agregação de valor aos produtos oriundos desses recursos, da valorização dos conhecimentos associados e da justa repartição dos benefícios advindos da utilização desses recursos, de forma a contribuir para geração de renda, e conseqüente melhoria da qualidade de vida desses povos e comunidades.
6230- Gestão Ambiental em Terras Quilombolas	Apoia ações de gestão ambiental em terras de Quilombola
6087 – Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais	Promove o desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais com vistas a proteção ambiental e a melhoria da qualidade de vida destas comunidades, mantendo suas bases produtivas de forma sustentável.
2272 – Gestão e Administração do Programa	Constitui um centro de custos administrativos dos programas agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

### 4.1.1.3 Gestão das ações

#### 4.1.1.3.1- Ação 0778 - Apoio às Organizações das Comunidades Tradicionais

##### 4.1.1.3.1.1 Dados Gerais

Tipo	Operações especiais
Finalidade	Apoiar iniciativas de fortalecimento econômico-social, das organizações, das Comunidades Tradicionais e proporcionar, a essas comunidades, o acesso às informações, apoio técnico-institucional e insumos básicos para viabilizar a produção com baixo impacto ambiental.
Descrição	<p>Os direitos do cidadão são conquistas sociais e jurídicas, criados quando se estabelecem condições para um grupo construir e exigir respostas políticas que dizem respeito ao bem-estar de todos. No caso do fortalecimento das instituições das comunidades tradicionais o que se pretende é dar condições para que estas possam responder às necessidades das populações, garantindo os direitos básicos de acesso à terra, ao trabalho e demais indicadores da cidadania com sustentabilidade socioambiental.</p> <p>As etapas do processo de desenvolvimento da Ação são as seguintes</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1- Identificar e fazer diagnóstico de populações tradicionais;</li><li>2- Promover processos participativos com extrativistas para criação de organizações;</li><li>3- Promover e apoiar a organização das comunidades tradicionais para a produção e para a auto-gestão de seus empreendimentos produtivos;</li><li>4- Prover e/ou articular apoio técnico e financeiro para a produção, beneficiamento, armazenamento e comercialização dos produtos tradicionais;</li><li>5- Promover de estudos e disponibilização de informações às comunidades tradicionais, sobre alternativas sustentáveis de geração de renda com os produtos tradicionais;</li><li>6- Apoiar a realização de análises de mercado para os produtos tradicionais;</li><li>7- Interagir com órgãos públicos e instituições não governamentais, com atividades de inclusão social; com o BNDES, para a implantação dos Planos de Manejo nas Reservas Extrativistas; e no âmbito do MMA, com outras secretarias e com o CNPT/IBAMA</li></ol>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Extrativismo/ SEDR/ MMA
Unidades executoras	440040 e 440001
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Extrativismo/ SEDR/ MMA
Coordenador nacional da ação	Alan Ainer Boccato Franco

##### 4.1.1.3.1.2 Resultados

Um dos principais resultados desta ação foi a aprovação de 84 projetos que apoiaram 84 organizações das comunidades tradicionais, o que beneficiou em torno de 18.500 famílias no fortalecimento de suas atividades produtivas sustentáveis relacionadas ao agroextrativismo, assim como sua capacidade de organização social. Com esta execução, foi ultrapassada a meta estabelecida que era de 20 organizações apoiadas. Isto foi possível, pois priorizou-se projetos de menor valor, além da ação ter recebido crédito suplementar. Todos esses projetos foram pagos em 2007 e estão em execução, sendo que a prestação de contas dos mesmos ocorrerá em 2008. O total de recursos executados com projetos foram assim distribuídos: 31% no Pará, 17% no Maranhão, 16% no Amazonas, 15% em São Paulo, 12% no Amapá, 5% no Acre e 4% em Rondônia.

A importância deste apoio se dá na medida que contribui para a estruturação de

iniciativas produtivas com o uso de recursos florestais não madeireiros por comunidades muitas vezes isoladas e que têm grande dificuldade de acessar políticas públicas para o seu desenvolvimento. Além de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades tradicionais, tal ação, favorece as iniciativas que procuram fazer usos da floresta sem precisar derrubá-la, contribuindo assim para a conservação da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados.

A execução de projetos deste tipo já foi auditada pelo Tribunal de Contas da União – TCU que apontou algumas deficiências, sendo a monitoria e avaliação uma delas. O ano de 2007 foi importante na efetiva implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Projetos da Coordenadoria de Agroextrativismo, que atende ao apontamento do TCU e possibilitará ao longo do ano de 2008 a sistematização de informações mais precisa sobre os impactos que esses projetos vêm causando nas comunidades onde são executados. Além disso, tal sistema possibilita o acompanhamento mais efetivo da execução dos projetos, o que contribui para garantir o eficiente uso de recursos públicos.

Outro fator relevante ocorrido ao longo de 2007 foi a conclusão da execução de projetos em parceria com novas Agências Implementadoras – AI (entidades da sociedade civil responsáveis pela execução dos projetos até R\$ 5.000,00) que tiveram início em 2006. No total foram concluídas a execução de 40 projetos, que estão em fase de análise de sua prestação de contas e de seus resultados. Contudo, destaca-se que a conclusão destes projetos, fecha-se um ciclo iniciado com a referida auditoria, onde o TCU recomendou a ampliação das Agências Implementadoras e sua nacionalização, tendo sido acatado pela CEX.

Além de apoio a projetos, esta ação também tem papel fundamental para a realização das atividades da Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT (Decreto de 13 de julho de 2006). O ano de 2007 começou com a publicação, em 7 de fevereiro, do Decreto nº 6.040, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. Com esta base legal instituída realizou-se três reuniões ordinárias da CNPCT, que tiveram como principais resultados a Aprovação e instituição das diretrizes para implementação da PNPCT e a criação de quatro câmaras técnicas temáticas para a definição do Plano Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Este plano de ação está sendo discutido no âmbito das Câmaras Técnicas específicas e seu produto será a proposta que irá à consulta pública em 2008.

Ao longo de 2007 ocorreram também iniciativas no âmbito da proposição de novas políticas públicas para os povos e comunidades tradicionais, tendo sido elaborada proposta de uma Agenda Social dos Povos e Comunidades Tradicionais e de um Programa de Aquisição Produtos do Extrativismo, ambos dependendo de aprovação por parte da Presidência da República.

Por fim, foi possível a viabilização de uma série de encontros e eventos que contribuíram para a visibilidade destas comunidades e para o seu intercâmbio de estratégias de desenvolvimento socioeconômico.

Contudo a execução de todas as atividades descritas tiveram uma limitação muito grande devido escassez de recursos humanos, seja na parte de apoio, na de administrativo/financeira, na de técnicos, seja na de gestão.

### **Metas e resultados da ação exercício**

Previstas		Realizadas	
Física 20	Financeira R\$ 2.327.963,00	Física 84	Financeira R\$ 4.327.963,00

#### 4.1.1.3.2- Ação 6060 – Capacitação de Comunidades Tradicionais

##### 4.1.1.3.2.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Capacitar extrativistas e extensionistas que atuam nas regiões extrativistas das Comunidades Tradicionais para que as atividades produtivas sejam realizadas em consonância com a conservação ambiental.
Descrição	Definir os critérios que viabilizem o financiamento de atividades produtivas das Comunidades Tradicionais; Identificar instituições parceiras interessadas em investir na capacitação das comunidades tradicionais; Executar um programa de treinamento específico para assegurar a assistência técnica adequada aos projetos de geração de renda das comunidades tradicionais; Realizar eventos de intercâmbio de experiências entre os beneficiários dos projetos das comunidades tradicionais; Identificar e valorizar os conhecimentos e técnicas tradicionais sustentáveis das comunidades tradicionais; Formar monitores para atuar nas Escolas-Família Extrativistas; Promover treinamento específico para as comunidades tradicionais das Reservas Extrativistas Marinhas visando assegurar a exploração racional dos recursos pesqueiros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Extrativismo/SEDR/MMA
Unidades executoras	440040
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Extrativismo/SEDR/MMA
Coordenador nacional da ação	Alan Ainer Boccato Franco

##### 4.1.1.3.2.2 Resultados

Um dos desafios encampados pela CEX no ano de 2007 foi o de fortalecer o componente de capacitação, aumentando sua capilarização e ajudando a estruturar e empoderar as comunidades tradicionais e extrativistas.

Para isso, foram intensificadas as ações de capacitação em elaboração de projetos, em uma estratégia de alcançar comunidades ainda sem acesso a recursos públicos e que precisam saber mais sobre a ferramenta a fim de montar e elaborar projetos que venham a ajudar a suprir demandas, sanar dificuldades e obter avanços em temas ligados à produção, fortalecimento institucional e capacitação. Nesse sentido, a CEX promoveu oito oficinas com esse intuito, capacitando cerca de 250 pessoas durante o ano passado em variados pontos do país. Também destaca-se uma articulação mais coesa com organizações da sociedade civil e órgãos da administração pública, os quais atuam como mobilizadores/multiplicadores das oficinas e dos conhecimentos através delas adquiridos.

A CEX promoveu ainda quatro oficinas de capacitação em gestão de projetos para os beneficiários de nossos projetos, em um esforço de habilitar tais comunidades para gerenciarem tanto o aspecto técnico quanto o aspecto financeiro de sua execução, garantindo assim maior transparência na utilização dos recursos e resultados mais concretos e significativos. No ano de 2007, foram capacitados aproximadamente 160 beneficiários em oficinas realizadas em diversos lugares.

Ainda em 2007, a CEX implementou conteúdos complementares com temas relacionados ao agroextrativismo no Programa Escola Ativa. Com tal iniciativa, as instâncias responsáveis pelo mesmo se propuseram a inserir o contato com a realidade extrativista no universo das crianças de 1ª a 4ª séries, para que desde cedo seus conceitos e características sejam compreendidos e sedimentados e os estudantes cresçam e se desenvolvam com a noção clara da importância dessas atividades no local em que elas vivem. Foram realizadas quatro oficinas de capacitação para os professores abordarem a temática junto às crianças, tendo sido capacitados cerca de 30 professores.

Uma outra estratégia que norteou nossa atuação em 2007 foi a de enfatizar a capacitação e o acompanhamento dos projetos tipo A, encampados pela CEX em parceria com as agências implementadoras. Para tanto, implementamos a realização de um chamado seminário inicial, onde a agência implementadora convoca os beneficiários para capacitá-los na gestão de seus projetos, e um seminário final, onde os beneficiários se reúnem para partilhar suas experiências na execução, narrando seus êxitos, dificuldades e mecanismos de superação das mesmas, resultados e mudanças alcançados etc. Tais momentos tem sido muito ricos, percebendo-se de fato a diferença que os projetos tipo A fazem em comunidades que até então jamais haviam implementado um projeto. Participaram desses encontros cerca de 350 pessoas.

Outro ponto a ser ressaltado é o início de um trabalho de levantamento das demandas de capacitação tanto da equipe quanto de nosso público-alvo, com o propósito de montar um programa de formação que venha a fornecer subsídios para o crescimento da equipe, tornando-a mais apta por meio de oficinas e seminários a lidar com temas correlatos a seu trabalho; e para o desenvolvimento das comunidades, contribuindo para que elas possam desenvolver habilidades e conhecer novos horizontes que as ajudem a desfrutar os recursos naturais de forma sustentável e assegurar assim melhores condições e qualidade de vida. Tal programa já tem seus primeiros esboços traçados e para 2008 pretende-se finalizar o desenho e iniciar sua implementação. Uma das demandas da equipe relativas à formação era a realização de seminários temáticos, em que técnicos do próprio MMA e também de outros órgãos públicos ou de ONGs pudessem falar um pouco sobre temas de interesse da CEX, a fim de promovermos um intercâmbio de experiências e vivências que nos dêem mais conhecimento e base para nossas atividades. Os seminários já estão acontecendo e tem sido um momento relevante para conhecermos mais sobre outras ações e estabelecermos outras interfaces e parcerias.

#### **Metas e resultados da ação exercício**

Previstas		Realizadas	
Física 400	Financeira R\$ 491.042,00	Física 600	Financeira R\$ 991.042,00

#### 4.1.1.3.3- Ação 6040 – Assistência Técnica à Produção e à Comercialização de Produtos Extrativistas na Amazônia

##### 4.1.1.3.3.1. Dados Gerais

**Tabela: Dados gerais da ação**

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Promover o desenvolvimento das cadeias produtivas dos recursos da biodiversidade, visando seu uso sustentável e a justa repartição de benefícios advindos da exploração econômica de produtos prioritários para as comunidades tradicionais.
<b>Descrição</b>	Diagnóstico, promoção do desenvolvimento e consolidação das cadeias produtivas dos recursos da sociobiodiversidade. Assessoramento aos representantes de comunidades locais e povos indígenas em relação aos seus direitos sobre o acesso ao conhecimento tradicional associado aos recursos genéticos. Desenvolvimento de um sistema de banco de dados, organizando o conhecimento e informação associada à cadeia de bioprodutos. Caracterização e desenvolvimento de cadeias produtivas de bioprodutos de interesse social, econômico, ambiental e cultural. Identificação da viabilidade técnica-econômica do aproveitamento, desenvolvimento de pesquisa de prospecção e utilização de biocombustíveis na indústria do petróleo, manejo, processos de transformação, armazenamento e comercialização de produtos derivados do uso sustentado de componentes da biodiversidade. Desenvolvimento de processos de bioprospecção de produtos derivados da biodiversidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Extrativismo/SEDR/MMA
Unidades executoras	440040
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Extrativismo/SEDR/MMA
Coordenador nacional da ação	Sofia Araújo Alves
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

##### 4.1.1.3.3.2. Resultados

Em continuidade ao estudo das principais cadeias de óleos vegetais relevantes para povos e comunidades tradicionais da Amazônia, que selecionou 5 espécies com potencial socioambiental e econômico, dentre as quais o babaçu e a andiroba foram escolhidas para iniciar a ação com cadeias de óleos, foi feito levantamento mais aprofundado de dados sobre a cadeia do babaçu focando a Mesoregião do Bico do Papagaio (MA,TO,PA), o que resultou no documento: Análise Preliminar da Cadeia produtiva do Babaçu – Limitações e Oportunidades.

Essas informações foram apresentadas, em maio de 2007, em Imperatriz/MA, para os grupos produtivos (associações e cooperativas) da região, o MIQCB – Movimento Interstadual das Quebradeiras de Côco Babaçu, o CENTRU – Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural/MA e o IBAMA. Nessa reunião, foi decidido o apoio à cadeia produtiva do babaçu na Mesoregião do Bico do Papagaio (MA,TO,PA) e como início dos trabalhos foi proposto um Diagnóstico Participativo. O Diagnóstico Participativo - DP e a Validação e Planejamento de ações - VP para a cadeia produtiva do babaçu foram realizados em Imperatriz/MA nos dias 24 e 25/7/07 com representantes de associações e cooperativas da região, IBAMA, CENTRU, MIQCB, ASSEMA, MMA e moderadores do SENAI-PE.

Esse evento teve como resultados a identificação de 25 grupos produtivos na região, a definição dos elos críticos e os principais gargalos da cadeia, e criação de núcleo gestor formado por 8 representantes para operacionalização de plano de ação. O DP também teve como produto o relatório elaborado pela moderação.



A primeira reunião do núcleo gestor se realizou em Imperatriz/MA no dia 15/8/07, e resultou na formulação de plano de ação para tratar dos 3 principais gargalos identificados pelo DP. Dentre as ações, foi proposto a aplicação de questionários a produtores e grupos produtivos com o intuito de se conhecer a situação dos 25 grupos localizados.

A segunda reunião se deu dia 9/11/07 em Imperatriz/MA, onde se analisou as ações já executadas e a formulação dos próximos passos. Os questionários foram aplicados e estão sendo analisados para se definir as ações a serem implementadas.

Com relação à cadeia produtiva da Andiroba, ainda se está na fase de levantamento de informação para a análise da cadeia, suas limitações e oportunidades, e definição da atuação.

Diante da necessidade de se trabalhar com o enfoque de cadeias produtivas da sociobiodiversidade, em 2006, foi promovido pela GTZ, SENAI, e a então DADS/SPDS/MMA, curso de capacitação para moderação de arranjos produtivos locais e cadeias produtivas, ministrado pelo SENAI/PE.

Nesse curso, foi criado grupo de trabalho informal com os participantes do mesmo, com o intuito de dar continuidade a capacitação de agentes públicos e de representantes de sociedade civil organizada sobre esse tema nos vários biomas/regiões do país e dar suporte à criação de Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, cujo objetivo é elaborar políticas públicas integradas para o fortalecimento dessas cadeias e mercados.

No início de 2007, após reuniões desse grupo de trabalho informal, foi decidido que se fariam 6 seminários regionais por biomas e 1 nacional com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de mercados sustentáveis e agregação de valor às cadeias de produtos da sociobiodiversidade por meio da análise das limitações/gargalos e potencialidades/vantagens dessas cadeias, da priorização de produtos e da elaboração de propostas pelos participantes (elos das cadeias – povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, empresários, pesquisadores, Ongs, poder público nas diversas esferas) para subsidiar a formulação de políticas públicas pelo GTI. A partir dos seminários, está previsto a criação de Grupos de Articulação Regionais que farão a interlocução com o GTI e a realização de capacitações nas diversas regiões para treinar os gestores públicos a trabalhar com o enfoque de cadeias relacionado a produtos da sociobiodiversidade. Os Seminários Regionais estão sendo realizados por meio da articulação dos Ministérios do Meio Ambiente (DEX/SEDR, SBF, SFB, IBAMA), Desenvolvimento Agrário, e Desenvolvimento Social, e diversos parceiros governamentais e não-governamentais. O primeiro seminário foi realizado em Belém/PA – Amazônia Oriental - no período de 26 a 28/9/07, o segundo em Goiânia/GO – Cerrado e Pantanal no período de 1º a 3 de outubro, o terceiro em Rio Branco/AC – Amazônia Ocidental no período de 6 a 8 novembro e o quarto em Curitiba – Mata Atlântica, Campos Sulinos e Zona Costeira no período de 28 a 30 novembro. Os dois seminários regionais restantes da Caatinga e Mata Atlântica serão realizados em fevereiro de 2008, e o Seminário Nacional tem indicativo para abril ou maio de 2008.

Ainda em relação ao desenvolvimento das cadeias da sociobiodiversidade, ao longo de 2007 se articulou um Acordo de Cooperação Técnica entre a DEX/SEDR/MMA e o SENAI/PE com os objetivos de desenvolver ferramentas e metodologias adaptadas às características das cadeias da sociobiodiversidade; capacitar e formar multiplicadores nessas ferramentas e metodologias, no âmbito das instituições governamentais, não-governamentais, de pesquisa, do setor produtivo empresarial e comunitário; ter apoio técnico do SENAI-PE para a realização das ações e projetos da DEX, visando o fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos locais estratégicos baseados nos recursos da sociobiodiversidade; ter o apoio técnico do SENAI-PE para a consolidação de cadeias e arranjos locais de produtos específicos da sociobiodiversidade, a serem definidos de comum acordo. A minuta do Acordo está sendo analisada pelo SENAI-PE, mas já foi feito cronograma de trabalho para 2008 para as adaptações das ferramentas e metodologias às cadeias da sociobiodiversidade, com o apoio da GTZ.

Com relação a Instrução Normativa do Extrativismo Sustentável Orgânico, o texto após discussões com outros setores relacionados com a temática, está sendo finalizado e será

disponibilizado no site do MMA para consulta, e em seguida, será apresentado à sociedade por meio de consulta pública nacional.

No âmbito do Projeto Kampô, o Projeto do Centro Cultural Katukina, que visa a valorização cultural (casa de reza, pesquisa e cultivo de plantas medicinais, espaço para contação de histórias, espaço de aplicação do Kampô) e a geração de renda, foi concebido e aprovado pelo PDPI, em março de 2007, e articulações estão sendo feitas para a sua implementação nesse início de 2008.

As atividades descritas foram executadas com certa limitação, em virtude do número reduzido de técnicos, e da necessidade de pessoal de apoio para realização de atividades administrativo/financeiras.

#### **Metas e resultados da ação exercício**

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
25	R\$ 703.042,00	25	R\$ 703.042,00

#### **4.1.1.3.4- Ação 6230 – Gestão Ambiental em Terras Quilombolas**

##### **4.1.1.3.4.1 Dados Gerais**

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar ações de gestão ambiental em Terras Quilombolas
Descrição	A situação fundiária ainda incerta na maioria das terras ocupadas por grupos descendentes de quilombolas, associada a situação de pobreza que predominam na maioria das comunidades resultou em dramática vulnerabilidade ambiental da base de recursos naturais de que tais comunidades dependem econômica e culturalmente. A ação proposta tem o objetivo de promover a gestão ambiental de Terras Quilombolas, associando iniciativas de gestão ambiental, com ênfase na recuperação da base de recursos naturais degradada, à promoção de atividades econômicas sustentáveis e compatíveis com a cultura das comunidades e de forma a preservar e valorizar o patrimônio de conhecimentos associado ao uso da biodiversidade. A exemplo das ações que a Coordenadoria de Agroextrativismo da SDS realiza com outros grupos sociais tradicionais, a gestão ambiental se fará de forma participativa, com envolvimento das comunidades beneficiadas, inclusive nas instâncias de decisão.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Extrativismo/SEDR/MMA
Unidades executoras	440040
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Extrativismo/SEDR/MMA
Coordenador nacional da ação	Alan Ainer Boccato Franco

##### **4.1.1.3.4.2 Resultados**

Foram apoiados 04 projetos (de 04 comunidades) para inclusão produtiva e de fortalecimento da organização social que contribuirá na garantia do território destas comunidades todos no Estado de São Paulo.

Ademais, foi apoiado o Lançamento do Fascículo Quilombolas de Jambuaçu-Mojú, no estado do Pará, do Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais.

#### **Metas e resultados da ação exercício**

Previstas		Realizadas	
Física 06	Financeira R\$ 851.042,00	Física 05	Financeira R\$ 1.351.042,00

#### 4.1.1.3.5- Ação 6087 – Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais

##### 4.1.1.3.5.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover o desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais com vistas a proteção ambiental e a melhoria de qualidade de vida destas comunidades, mantendo suas bases produtivas de forma sustentável.
Descrição	Disponibilização de recursos para o desenvolvimento de projetos que: -Promovam o aprimoramento da utilização sustentável dos recursos ambientais pelas comunidades tradicionais; -Promovam a criação e consolidação de mecanismos de gestão compartilhada do uso dos recursos ambientais, por meio da criação, consolidação e fortalecimento de instâncias relacionadas às comunidades tradicionais; -Promovam a articulação e o fortalecimento das comunidades tradicionais; -Aprimorem, elaborem e consolidem políticas com vistas a conservação dos meios de vida das comunidades tradicionais, incluindo Reservas Extrativistas; -Promovam a elaboração e implementação de planos de gestão/manejo do uso dos recursos naturais em áreas de uso de comunidades tradicionais; -Promovam o desenvolvimento e aplicação de tecnologias que visem a melhoria na cadeia produtiva e; -Promovam o apoio á atividades com vista a diversificação da economia, a geração de emprego e renda e a segurança alimentar.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Extrativismo/SEDR/MMA
Unidades executoras	440040
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Extrativismo/SEDR/MMA
Coordenador nacional da ação	Alan Ainer Boccato Franco

##### 4.1.1.3.5.2 Resultados

Foram aprovados de 11 projetos , tendo sido repassado recursos para comunidades tradicionais, o que beneficiou em torno de 1900 famílias no fortalecimento de suas atividades produtivas sustentáveis relacionadas ao agroextrativismo, assim como sua capacidade de organização social. Com esta execução, foi ultrapassada a meta estabelecida que era de 9 projetos apoiados. Isto foi possível, pois priorizou-se projetos de menor valor. Todos esses projetos foram pagos em 2007 e estão em execução, sendo que a prestação de contas dos mesmos ocorrerá em 2008. O total de recursos executados com projetos foram assim distribuídos: 64% no Amazonas, 26% e 10% no Maranhão.

##### Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física 09	Financeira R\$ 472.121,00	Física 11	Financeira R\$ 313.248,00

#### 4.1.1.3.6- Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

##### 4.1.1.3.6.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Extrativismo/SEDR/MMA
Unidades executoras	440040 e 440001
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Extrativismo/SEDR/MMA
Coordenador nacional da ação	Alan Ainer Boccato Franco

##### Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física --	Financeira R\$ 650.824,00	Física --	Financeira R\$ 635.288,00

#### 5. Desempenho operacionalizar

##### INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

**Nome:**

Taxa de comunidades tradicionais com beneficiamento da produção.

**Descrição:**

Este indicador mede a proporção de organizações de comunidades tradicionais extrativistas que tem seus produtos inseridos em processos produtivos, tendo como universo amostral as entidades que encaminham projetos à Coordenadoria.

**Tipo de Indicador:**

De eficiência.

**Fórmula de Cálculo e Método de Medição:**

Relação percentual entre o número total de comunidades tradicionais apoiadas que realizam o beneficiamento de seus produtos e o número total de comunidades tradicionais apoiadas.

**Avaliação do Resultado**

Em 2007, a proporção de organizações inseridas em processos produtivos foi de 31,25%, sendo que a meta para o ano era de 17,59%. Isto se deu, pois o número de projetos aprovados foi maior do que o esperado, além de que priorizou-se projetos com caráter produtivo.

**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL****RELATÓRIO DE GESTÃO – 2007****DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS – DESPESAS NO EXERCÍCIO****PROGRAMA : 1145 – COMUNIDADE TRADICIONAIS**

<b>AÇÃO</b>	<b>DESPESAS COM DIÁRIAS</b>	<b>DESPESAS COM PASSAGENS</b>	<b>TOTAL APLICADO</b>
<b>1145.2272-0001 – Gestão e Administração do Programa</b>	43.054,43	34.921,46	77.975,89
<b>TOTAL</b>			<b>77.975,89</b>

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.**

**RELATÓRIO DE GESTÃO - 2007**

**PROGRAMA - 0151 – PROTEÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS, GESTÃO TERRITORIAL E ETNODESENVOLVIMENTO.**

**AÇÕES QUE INTEGRAM O PROGRAMA NA UNIDADE JURISDICIONADA:**

- **6063.0010** – Fomento a Projetos de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas na Amazônia – Programa Piloto.
- **8671.0001** – Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas.

**4.1.1. PROGRAMA 0151 – PROTEÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS, GESTÃO TERRITORIAL e ETNODESENVOLVIMENTO**

**4.1.1.1. Dados gerais**

Tipo	Finalístico
Objetivo geral	Garantir e proteger a integridade do patrimônio territorial e ambiental das sociedades
Gerente do programa	Márcio Augusto Freitas de Meira
Gerente executivo	
Indicadores ou parâmetros utilizados:	Ação 6063: Números de projetos indígenas aprovados e acompanhados, tendo como tipo de indicadores os de eficiência e de efetividade.
Público-alvo (beneficiários)	Sociedades indígenas

#### 4.1.1.2 – Principais Ações do Programa

<b>Ações</b>	<b>Razões para sua Importância</b>
6063 – Fomento a Projetos de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas na Amazônia	Melhora das perspectivas de sustentabilidade econômica, social e cultural dos povos indígenas em suas terras e da conservação dos recursos naturais nela existentes.
8671 – Fomento à Gestão Ambiental em terras Indígenas	Fomento à projetos que visem o uso sustentável e a gestão ambiental das terras indígenas brasileiras.

#### 4.1.1.3 – Gestão das Ações

##### 4.1.1.3.1- Ação 6063 – Fomento a Projetos de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia (Programa-Piloto)

###### 4.1.1.3.1.1. Dados Gerais

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Melhorar as perspectivas de sustentabilidade econômica, social e cultural dos povos indígenas em suas terras e da conservação dos recursos naturais nelas existentes.
Descrição	Recebimento e protocolo de subprojetos enviados pelas unidades proponentes interessadas em financiamentos disponíveis no âmbito dos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas - PDPI; triar os subprojetos recebidos pela Equipe Técnica da Unidade de Gerenciamento; enviar os subprojetos, ajustados de acordo com as normas do PDPI, a pareceristas especializados na área temática de cada subprojeto; em caso de parecer positivo, os subprojetos irão ao escrutínio final da Comissão Executiva do PDPI para julgamento de aprovação; implementação dos subprojetos; monitoramento da implementação; avaliação dos resultados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	44101 – Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	440040
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEDR
Coordenador nacional da ação	Jorg Zimmermann
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

#### 4.1.1.3.1.2. Resultados

- O apoio do PDPI – Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas a subprojetos ao longo de sua história, pode ser observado de acordo com a tabela abaixo:

<b>PROJETOS SUBMETIDOS AO PDPI</b>				
<b>UF</b>	<b>Projetos aprovados</b>	<b>Projetos em análises</b>	<b>Projetos devolvidos (reprovados ou para esclarecimentos)</b>	<b>Total de projetos</b>
AM	40	3	90	133
AC	16	5	25	46
MT	13	3	28	44
RR	10	1	10	21
MA	8	-	14	22
RO	6	2	34	42
PA	6	-	25	31
AP	5	-	1	6
TO	4	1	9	14
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>15</b>	<b>236</b>	<b>359</b>

Para o ano de 2007 foram definidas metas físicas levando em conta a aprovação, monitoramento na implantação e acompanhamento dos subprojetos, para isso foi previsto em fonte de financiamento externo e a contrapartida do governo brasileiro, os recursos necessários.

Do recurso previsto, um total de R\$2.663.780,00 referem-se à fonte 195, cujos recursos financeiros não são internalizados no Tesouro Nacional, é recurso oriundo de doação da Cooperação Financeira Oficial Brasil-Alemanha. A forma de operação desse recurso se dá por meio de Contrato de Contribuição Financeira entre o Banco Alemão (KFW) e o Banco do Brasil, este último é o responsável pelo repasse direto do recurso do KFW aos beneficiários finais, por meio de contrato.

O restante de R\$591.041,00 é referente à Fonte Tesouro.

<b>Previstos</b>			<b>Realizadas</b>		
Física (n. subprojetos)	Financeira R\$		Física (n. subprojetos)	Financeira R\$	
53	KFW	2.663.780,00	61	KFW	2.654.396,66
	Brasil	591.041,00		Brasil	591.041,00

Pode se observar que as metas foram atingidas apesar de que efetivamente só em março de 2007 foram retomadas as rotinas normais no funcionamento do PDPI em decorrência da mudança de endereço de Manaus para Brasília.

Quanto aos recursos oriundos da fonte de financiamento 100 (Fonte Tesouro) - foi gasto em pagamentos necessários a gestão, como: Servidores temporários, consultorias, diárias, passagens e outros, sendo que no decorrer do ano foram realizadas oficinas de capacitação inicial para subprojetos recém aprovados e outras de monitoria e avaliação de resultados e consultoria, conforme tabela abaixo:



<b>Tipo</b>	<b>Quantidade projetos</b>
Oficinas de capacitação inicial e reajuste de projetos aprovados	23
Oficinas de Monitoria, avaliação final e sistematização.	5
Consultoria realizada em gestão de projetos	4

• **Gestão:**

**2.1. – Reestruturação administrativa:** Em decorrência do processo de reestruturação do Ministério, depois do início do novo mandato presidencial, o PDPI passa a estar vinculado à Diretoria de Extrativismo (Muriel Saragoussi) e à Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável.

**2.2. – Mudança de sede:** No início de 2007, foi concretizada a transferência da sede do PDPI de Manaus para Brasília, sendo que as atividades normais no escritório foram retomadas em março.

**2.3. – Gerência técnica:** Durante todo o ano de 2007, o PDPI teve vaga sua posição de Gerente Técnico. Apesar da indicação da COIAB e da concordância do Ministério para que Euclides Pereira Macuxi assumisse o cargo, o mesmo não foi nomeado durante o exercício de 2007.

**2.4. – Equipe:** Todos os funcionários (7) do PDPI se transferiram para Brasília, com exceção da secretária. O DAS-2, que garantia sua contratação, deixou de estar disponível para o PDPI depois de sua saída, motivo pelo qual o projeto permaneceu o ano de 2007 sem esse tipo de serviço acarretando sobrecarga de trabalho para os demais funcionários. Em contrapartida, foram agregados dois funcionários do MMA (Analistas ambientais André Schiessl e Geraldo Lima). Foi contratada uma estagiária pela GTZ.

**2.5. – Comissão Executiva:** Foram realizadas três reuniões da Comissão Executiva, todas em Brasília. Elas aconteceram em março, agosto e novembro de 2007.

**3 – Subprojetos:**

**3.1. - Balanço geral:** Os recursos destinados e utilizados para os subprojetos podem ser observados através da tabela abaixo:

<b>PDPI – SUBPROJETOS – BALANÇO GERAL DOS RECURSOS</b>	
Total de recursos disponíveis – KFW	R\$ 33.782.000,00
Recursos comprometidos com projetos já apoiados	R\$ 18.354.898,95
Recursos já desembolsados	R\$ 10.759.413,89
Recursos ainda disponíveis para apoio a subprojetos	R\$ 15.427.010,05

Do total de recursos comprometidos, já foram liberados 64,15% e deste um total de 66,09% já foram prestado conta ao PDPI pela Organização proponente.

**3.2. - Análise:** Durante 2007, foram recebidos 34 projetos para análise da UG, tendo sido realizadas a triagem de todos eles. Além disso, foram analisadas cerca de 210 prestações de contas de projetos em andamento.

**3. – Aprovação:** Em 2007, nas três Reuniões da Comissão Executiva, foram aprovados 26 projetos.

#### **4 – Fortalecimento institucional:**

**4.1. – Apoio à articulação do movimento indígena:** Em 2007 foram apresentadas 121 e apoiadas 41 propostas indígenas de apoio à articulação, perfazendo um total de R\$ 188.274,44.

**4.2. – Núcleos Regionais:** Com o objetivo de fortalecer a assistência técnica do PDPI na ponta, e assim aumentar o envio e aprovação de projetos indígenas de qualidade, e de acordo com aprovação da Missão de Avaliação tripartite, o PDPI implementou 2 Núcleos Regionais durante 2007: região do Maranhão (COAPIMA) e Médio Solimões (COIAM). As atividades realizadas pela equipe do PDPI para a implementação dos Núcleos Regionais foram as seguintes:

- Elaboração de Termos de Referência para as organizações executoras dos Núcleos
- Visitas às regiões escolhidas, para a definição participativa das organizações executoras,
- Elaboração de Termos de Referência para os assessores técnicos e gestores indígenas de projetos, a serem contratadas pelos Núcleos.
- Envio de consultor para elaboração de projetos específicos para cada um dos Núcleos.
- Aprovação pela CE dos projetos elaborados.
- Processo seletivo para a contratação dos assessores técnicos e gestores indígenas de projetos (avaliação de currículos, entrevistas e reunião com COIAB e organização executora para a escolha dos profissionais a serem contratados).
- Treinamento sobre as regras do PDPI, objetivos do Núcleo etc, para os assessores técnicos e gestores indígenas de projetos, bem como representante de diretoria da organização executora. (Brasília, dezembro de 2007).

Cabe destacar que o terceiro Núcleo que deveria ser implementado em 2007 (Alto Solimões), passou pelas primeiras fases do processo, mas enfrentou problemas políticos durante o processo seletivo, vindo a inviabilizar sua implementação.

**4.3. – Cursos de formação de gestores indígenas:** Foi realizada avaliação do curso de formação de gestores de organizações indígenas, viabilizada pela GTZ e realizada pelos consultores Carlos Aparecido Fernandes e André Miccolis. Nesta avaliação foram realizadas diversas entrevistas (por telefone e diretamente nas regiões) com a coordenação do curso, instrutores, cursistas e representantes das organizações indígenas.

Foi elaborado (estando pronto para a edição final), pelo consultor Jurandyr Leite, o manual referente ao Curso de Formação de Gestores de Projetos Indígenas, a ser lançado em 2008 e que deve servir como base para novas edições do curso. O manual está estruturado a partir dos temas abordados durante o curso e alguns textos suplementares, elaborados por especialistas.

**4.4. – Desenvolvimento organizacional participativo:** Foi realizada consultoria em desenvolvimento organizacional, contratada pela GTZ e conduzida pelo consultor José Strabeli, especialista em gestão de organizações indígenas. Foram realizadas duas visitas a cada uma das quatro organizações escolhidas como piloto. A expectativa do PDPI é que essa consultoria possa subsidiar a linha de Desenvolvimento Organizacional Participativo, aprovada na Missão de Meio Termo (Ago 2006 – Mar 2007).

#### **5 – Disseminação e capacitação:**

**5.1. – Oficinas de sistematização:** Foram realizadas oficinas de sistematização sobre projetos do PDPI.

**5.2. – Seminários de sistematização:** Foi realizado o Seminário sobre Gestão Ambiental em Terras Indígenas, entre os dias 21 e 23 de novembro em Brasília, reunindo dezenas de representantes indígenas, incluindo executores de projetos apoiados pelo PDPI e por outras instituições, assessores de projetos, representantes de instituições governamentais e não-governamentais e especialistas no assunto.

**5.3. - Publicações:** Foi lançada a publicação "*Povos indígenas: projetos e desenvolvimento*", que é uma iniciativa conjunta do PDPI - Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas, em parceria com a cooperação internacional (GTZ) e do LACED - Laboratório de Pesquisa em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento, do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Foi editado o DVD "*Gestão Ambiental em Terras Indígenas*", que reúne alguns vídeos indígenas, resultados de projetos apoiados pelo PDPI / MMA, enfocando a questão da gestão ambiental.

#### 4.1.1.3.2- Ação 8671 – Fomento à Gestão ambiental em Terras Indígenas

##### 4.1.1.3.2.1. Dados Gerais

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Fomentar projetos que visem o uso sustentável e a gestão ambiental das terras indígenas brasileiras, garantindo alternativas concretas para a recomposição da auto-sustentação dos povos indígenas brasileiros.
Descrição	Viabilizar a execução de iniciativas voltadas à gestão sustentável dos recursos naturais presentes nas terras indígenas brasileiras por meio de : fomento a gestão dos recursos naturais estratégicos; recuperação de sítios/ecossistemas com ocorrência de espécies usadas para fins econômicos; fomento a ações voltadas ao desenvolvimento de alternativas para subsistência, apoio à comercialização de produtos extrativistas e utilização de espécies nativas que possam ser manejadas, ações de capacitação e de educação ambiental.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	44101 – Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	440040
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEDR
Coordenador nacional da ação	Augusto Rander Tomazini
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

##### 4.1.1.3.2.2. Resultados

O fomento e apoio da Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas – *Carteira Indígena* - a subprojetos teve início em 2004 e se concretiza por meio de Acordo de Cooperação Técnica Brasil – PNUD. Em 2007, passou a abrigar a **Ação 8671 – Fomento à Gestão ambiental em Terras Indígenas**. Os recursos previstos são da fonte tesouro e somam R\$491.042,00 e foram integralmente executados, sendo R\$223.241,46 em aplicação direta e R\$267.800,54 em transferência para o PNUD. Os recursos estão previstos para a realização de 9 projetos, a serem aprovadas por instância competente (grupo gestor), conforme regulamento de funcionamento da carteira indígena (número da portaria).

Devemos observar que a discrepância entre as realizações física e financeira se deve, principalmente, ao modelo de gestão da Carteira Indígena que, em seu modo de funcionamento, privilegia o apoio interinstitucional e o controle social. Para tanto, tem um

Grupo Gestor, com representação do Governo Federal e sociedade civil, responsável pela deliberação sobre os projetos a serem apoiados. Não menos importante foi o fato dos recursos somente serem liberados em meados do ano e só puderam ser liberados vagarosamente por determinação interna deste Ministério. Dessa forma, como a decisão dos projetos apoiados cabe ao nosso Grupo Gestor, não houve tempo hábil para a realização de reunião após a entrada dos recursos, a qual está prevista para o mês de março de 2008.

Quanto aos recursos realizados em aplicações diretas (3390), foram gastos em pagamentos dos servidores temporários temporários, que compõem a equipe da carteira indígena.

Os recursos realizados no PNUD (3380) serão destinados aos subprojetos aprovados pelo Grupo Gestor, em 2008.

### **Gestão:**

**2.1. - Reestruturação administrativa:** Em decorrência do processo de reestruturação do Ministério, depois do início do novo mandato presidencial, a **Ação 8671 – Fomento à Gestão ambiental em Terras Indígenas** passou a ser coordenada pela Carteira Indígena, vinculada à Diretoria de Extrativismo (Dra. Muriel Saragoussi) e à Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável.

**2.2. - Gerência técnica:** A gerência técnica da Carteira Indígena é de responsabilidade da Dra. Lylia da Silva Guedes Galetti.

**2.3. - Equipe:** Encerramos o exercício de 2007 com 5 analistas ambientais, 5 servidores com contratos temporários, 1 servidor cedido pela FUNAI, 1 DAS-2, 2 terceirizados e 3 estagiários. Funcionalmente trabalharam 8 na área técnica, 3 na análise financeira aos subprojetos; 3 na área administrativa. Os estagiários dão apoio à área técnica e administrativa. No exercício contamos com a inserção de 1 analista ambiental para a análise financeira dos subprojetos e a demissão, a pedido, de um analista ambiental.

**2.4. - Grupo Gestor:** Foram realizadas duas reuniões do grupo gestor. Elas aconteceram em março e maio de 2007.

### **3 – Subprojetos:**

**3.1. - Balanço geral:** Os recursos destinados aos subprojetos são R\$267.800,54. Foram repassados ao PNUD, por meio do BRA00/022 e serão destinados aos subprojetos após deliberação do Grupo Gestor quanto aos projetos já recebidos e analisados.

**3.2. - Demanda do exercício:** Durante 2007, foram recebidos 52 projetos para análise.

**3.3. - Aprovação:** Nenhum projeto foi aprovado para essa ação em virtude de não ter havido , reunião do Grupo Gestor, após o aporte de recursos no BRA00/022.

### **4 – Revisão das diretrizes de funcionamento da Carteira Indígena:**

Foram realizadas 4 oficinas regionais: região nordeste (outubro), região sul ( novembro), Povos Guarani do Mato Grosso do Sul (novembro) e região sudeste (dezembro). As oficinas têm como intuito a consulta aos beneficiários da Ação, atendendo a convenção 169 da OIT sobre os Povos Indígenas e Tribais, incorporada à legislação brasileira com força de lei em 2004. Em fevereiro de 2008, será realizada a consulta aos indígenas da Amazônia Legal e Povos Terena e Guató do Mato Grosso do Sul. As sugestões, propostas e recomendações colhidas nas consultas serão sistematizadas em documento a ser pactuado na II Oficina Nacional de Trabalho da Carteira, que contará com representantes indígenas de todo o país, indicados nas consultas regionais, e está prevista para abril de 2008. Os eventos realizados, na medida em que incluíram a avaliação das ações implementadas nas regiões, expressaram a satisfação das comunidades indígenas envolvidas nos projetos e apontaram para a necessidade de mais investimentos em capacitação e assessoria técnica.

## SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

## RELATÓRIO DE GESTÃO – 2007

DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS (CONVÊNIOS E OUTROS) IN.TCU-nº 85 – anexo X – item 3

TADO PROGRAMA 0151 – PROTEÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS, GESTÃO TERRITORIAL E ETNODESENVOLVIMENTO.

TIPO	IDENTIFICAÇÃO DO TERMO	VALOR REPASSADO NO EXERCÍCIO	OBJETIVO	SITUAÇÃO
PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL	MMA/MRE/PNUD PRODOC-BRA03/009-PDA/PDPI	291.041,00	Apoio a sub-projetos de povos indígenas na amazonia, através de organizações indígenas ou ONG's.Garantir a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas da amazonia brasileira, nos seus próprios termos, aliada à sustentabilidade ambiental de suas terras.	PROJETO EM CURSO
	PRODOC-BRA00/022	267.800,54		PROJETO EM CURSO
<b>TOTAL</b>		<b>558.841,54</b>		

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.**

**RELATÓRIO DE GESTÃO - 2007**

**PROGRAMA - 1270 – PROAMBIENTE.**

AÇÕES QUE INTEGRAM O PROGRAMA NA UNIDADE JURISDICIONADA:

**2272.0001** – Gestão e Administração do Programa.

**7621.0001** – Implantação de Unidades Territoriais de Gestão Ambiental Rural - GEAR.

**1C12.0001** – Implantação dos Polos do Proambiente.

**4.1.1- PROGRAMA 1270 - PROAMBIENTE**

**4.1.1.1. Dados gerais**

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover o equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e a produção familiar rural por meio da gestão ambiental territorial rural, do planejamento integrado das unidades produtivas e da prestação de serviços ambientais
Gerente do programa <i>Gerente executivo</i>	Egon Krakhecke
Indicadores ou parâmetros utilizados	Área certificada para a prestação de serviços ambientais
Público-alvo (beneficiários)	Pequenos produtores rurais

#### 4.1.1.2. Principais Ações do Programa

Código	Descrição
18.122.1270.2272.0001	<b>Gestão e Administração de Programa</b> Constituir um centro de custos administrativos do programa, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
18.122.1270.1C12.0001	<b>Implantação dos Pólos do Proambiente</b> Elaboração e implementação de planos de desenvolvimento em escala territorial, de Planos de Uso das Unidades de Produção Familiar, Acordos Comunitários e a certificação de cumprimento dos compromissos formalizados nestes documentos. O planejamento em escala territorial procura realizar um diagnóstico do território rural e estabelecer uma agenda de desenvolvimento sustentável da produção familiar. Os Planos de Uso visa pautar dentro das unidades produtivas as diretrizes levantadas no planejamento territorial e, através de uma abordagem holística da propriedade, definir pontos de conversão e metas para a mudança de uso da terra levando à prestação de serviços ambientais. Os Acordos Comunitários devem formalizar os compromissos dos produtores com a execução de seus Planos e estabelecer a base da certificação de prestação de serviços ambientais. A certificação, através da combinação do componente participativo representado pelos Acordos Comunitários com a certificação de terceira parte, deve efetivamente atestar a prestação de serviços ambientais pelos produtores e a conciliação da produção com a conservação ambiental em suas Unidades Produtivas. As etapas de execução dessa ação tem por objetivo iniciar um processo inovador de desenvolvimento rural nos Pólos do Proambiente através de inserção de aspectos ambientais e sociais no planejamento e gestão dos territórios e das Unidades Produtivas
18.122.1270.7621.0001	<b>Implantação de Unidades de Gestão Ambiental Rural</b> Melhorar a qualidade ambiental e a vida da população nas áreas rurais do país; desenvolver, validar e aplicar, participativamente com as mais distintas organizações da sociedade civil e dos governos, instrumentos de gestão ambiental rural para o desenvolvimento sustentável dos diferentes ecossistemas do Brasil, bem como fortalecer a capacidade técnica do MMA na gestão ambiental rural.

### 4.1.1.3. Gestão das ações

#### 4.1.1.3.1. Ação 18.122.1270.2272.0001 - Gestão e Administração de Programa

##### 4.1.1.3.1.1. Dados gerais

Tipo	Finalístico
Finalidade	
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo. Manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgão da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamentos de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que tem por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão administrativa do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente/Secretaria Desenvolvimento Rural Sustentável.
Unidades executoras	440001 e 440040
Áreas responsáveis por gerência-mento ou execução	
Coordenador nacional da ação	
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

##### 4.1.1.3.1.2-Resultados

Os recursos foram utilizados com o objetivo de elaborar , aprimorar e dar subsídios a formulação e divulgação das políticas, com gastos em pessoal terceirizado,diárias , passagem e etc.

##### Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
-----	1.300.000,00	-----	1.296.136,00



#### 4.1.1.3.2. Ação 18.122.1270.1C12.0001 - Nome Implantação dos Pólos do Proambiente

##### 4.1.1.3.2.1. Dados gerais

Tipo	finalístico
Finalidade	
Descrição	<p>Disponibilizar recursos de capacitação às organizações sociais para fortalecimento e gestão participativa do Proambiente. Disponibilizar capacitação às equipes técnicas executoras sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a- o funcionamento do Proambiente;</li><li>b- elaboração e implementação dos Planos de desenvolvimento territorial e Planos de Utilização das Unidades de Produção;</li><li>c- estabelecimento dos Acordos Comunitários de Certificação de Serviços Ambientais,</li><li>d- acompanhamento das auditorias externas de certificação;</li><li>e- acompanhamento das etapas de georreferenciamento e monitoramento ambiental do Programa.</li></ul> <p>Apoio financeiro e logístico e disponibilização de recursos para elaboração dos Planos e dos Acordos Comunitários.</p> <p>Apoio financeiro e disponibilização de recursos para certificação externa dos serviços ambientais:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(1) redução do desmatamento;</li><li>(2) recuperação de áreas degradadas e/ou cobertura florestal;</li><li>(3) conservação do solo;</li><li>(4) conservação da água;</li><li>(5) conservação da biodiversidade;</li><li>(6) redução do risco de fogo;</li><li>(7) eliminação do uso de agrotóxicos;</li><li>(8) troca de matriz energética;</li><li>(9) transição para agricultura de base ecológica;</li><li>(10) seqüestro de carbono.</li></ul>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente/Secretaria Desenvolvimento Rural Sustentável
Unidades executoras	440040
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Desenvolvimento Rural Sustentável -DRS
Coordenador nacional da ação	
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

##### 4.1.1.3.2.2. Resultados

Foi realizado em Brasília um encontro do Conselho Gestor Nacional do Programa para fortalecimento e gestão participativa do Proambiente .

Também foi realizado uma capacitação com representantes de 8 pólos do Programa com a finalidade de preparar as entidades executoras a realizarem um convênio com a SAF/MDA afim de garantir a assistência técnica rural em seus respectivos pólos.

Devido ao atraso na realização deste convênio , não houve o destaque orçamentário do MMA para o MDA em 2007, ficando a vigência de início deste convênio e o repasse do orçamento, para o ano de 2008.

Em 8 pólos atuantes , houve a prestação de assistência técnica as famílias participantes , além de eventos de mobilização local , cursos de capacitação em práticas produtivas sustentáveis , intercâmbios, reuniões e oficinas de acompanhamento e planejamento participativo.

Ocorreu a coleta e intercâmbio de sementes leguminosas e de espécies nativas florestais frutíferas , melíferas e medicinais.

Houve um incentivo a formação de mudas e essências nativas florestais , frutíferas , melíferas e medicinais, com suas utilizações para o enriquecimento de quintais agroflorestais , reservas legais , áreas de preservação permanente e implementação de quintais agroflorestais.

Áreas alteradas foram recuperadas com plantio de leguminosas.

#### **Metas e resultados da ação exercício**

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
-----	250.000,00	-----	245.000,00

#### **Desempenho operacional**

**Indicadores :** Área certificada para a prestação de serviços ambientais

a) Utilidade

O plano de uso integrado das unidades de produção é a etapa onde as famílias são mobilizadas e sensibilizadas quanto aos princípios do Proambiente. São feitas visitas às unidades produtivas dessas famílias e é feito um planejamento integrado dessas propriedades, levantando aspectos produtivos e econômicos, sociais e culturais, e ambientais.

A partir disso são definidas metas para ajuste ambiental dessas unidades, levando-as à uma situação de sustentabilidade e equilíbrio entre produção e conservação, e à prestação de serviços ambientais.

À partir do compromisso das famílias beneficiadas pelo Proambiente e do cumprimento dos planos de uso das unidades produtivas as áreas são certificadas quanto ao seu ajuste e equilíbrio entre produção e conservação dos recursos naturais, e a prestação de serviços ambientais.

b) Tipo: efetividade

c) Fórmula de cálculo e Método de aferição: Somatório das áreas das unidades de produção familiar certificadas para a prestação de serviços ambientais. Foram considerados como área média das unidades produtivas os módulos fiscais mais frequentes por estado de acordo com o Incra.

d) Resultado do indicador no exercício.

135.650 ha (dados do ano passado) de área certificada participativamente para a prestação de serviços ambientais oriundos da produção rural familiar sustentável, em 2.364 (dados do ano passado) unidades de produção.

#### **4.1.1.3.3. Ação 18.122.1270.7621.0001 - Implantação de Unidades de Gestão Ambiental Rural (GESTAR)**

##### **4.1.1.3.3.1. Dados gerais**

Tipo	Orçamentária
Finalidade	
Descrição	O <i>Projeto de Gestão Ambiental Rural</i> , pretende a determinação, validação, transferência, difusão e multiplicação dos instrumentos de gestão ambiental rural, para que estes instrumentos possam ser considerados em todos os processos de desenvolvimento sustentável de assentamentos humanos rurais situados em bacias hidrográficas, que se desenvolvem no País. Portanto, a idéia central do Projeto é experimentar metodologias e tecnologias que possam contribuir para a formulação de um Programa Nacional de Gestão Ambiental Rural – GESTAR – cujo objetivo será a implantação de processos de Gestão Ambiental nos assentamentos humanos rurais do País, com foco no melhoramento da qualidade ambiental e de vida das populações
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEDR
Unidades executoras	440040
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DDRS
Coordenador nacional da ação	Carcius Azevedo dos Santos
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

##### **4.1.1.3.3.2. Resultados**

**Geral:** Melhorar a qualidade ambiental e a vida da população nas áreas rurais do país; desenvolver, validar e aplicar, participativamente com as mais distintas organizações da sociedade civil e dos governos, instrumentos de gestão ambiental rural para o desenvolvimento sustentável dos diferentes ecossistemas do Brasil, bem como fortalecer a capacidade técnica do MMA na gestão ambiental rural.

##### **Específicos:**

1. Organizar e realizar o seminário de apresentação do Projeto;
2. Desenvolver metodologias e atividades, capazes de promover a articulação institucional, horizontal e vertical em todos os níveis, de atuação conjunta das instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil organizada, num esforço de gestão ambiental integrada para o desenvolvimento sustentável;

- 3.** Promover o engajamento das comunidades rurais e suas organizações, com programas de sensibilização, motivação e participação;
  
- 4.** Promover o fortalecimento das organizações representativas das comunidades do meio rural, mediante um processo de comunicação contínua e de alta capilaridade, transferindo conhecimentos, tecnologias e outros instrumentos eficazes de gestão;
  
- 5.** Conhecer e avaliar o estado geral do meio ambiente e dos assentamentos humanos, mediante um processo de Avaliação Ambiental Integrada (A.A.I.) que permite identificar os problemas e as possíveis respostas para a solução;
  
- 6.** Identificar os projetos prioritários e fontes de recursos para viabilizar a implantação;
  
- 7.** Desenvolver processos de governança e de gestão capazes de assegurar uma avaliação permanente das melhorias preconizadas e implantadas.

O Projeto de Gestão Ambiental Rural - GESTAR é o resultado de um acordo de cooperação técnica entre o MMA e a FAO. Sua forma de operacionalização dá-se por meio do Projeto FAO UTF BRA/060.

Devido a demora no repasse dos recursos orçamentários no ano de 2007, a Coordenação Nacional necessitou priorizar algumas ações/territórios de modo que a falta de recursos não prejudicasse o andamento das Cartas de Acordo locais nem o resultado do Projeto BRA.

Diante disso foram priorizados 5 Territórios, a saber: Território Araguaia (São Félix do Araguaia – Nordeste do MT), Território Portal da Amazônia (Alta Floresta – Norte do MT), Território Baixo Amazonas (Santarém – PA), Território BR 163/PA (Itaituba – Sul-Sudeste do PA) e Território Serra Geral (Montes Claros – Norte de MG).

Desse modo foram elaborados e legitimados os Planos de Gestão Ambiental Rural nos 5 Territórios. Trata-se de um instrumento de política pública de extraordinária relevância no trato da questão ambiental, no meio rural, com foco na qualidade ambiental e da vida das comunidades, atacando as causas ambientais na área rural. Discutida e legitimada com as comunidades, o PGAR é a consolidação do processo de gestão, nele estão definidas as estratégias e os sistemas operacionais de implementação das ações pactuadas ao longo de sua construção. O PGAR busca o empoderamento das comunidades na gestão eficiente do seu território, por meio do fortalecimento dos processos de articulação, comunicação e intervenção.

Entre os atores e protagonistas do desenvolvimento do Território há de se destacar as organizações da sociedade civil e as instituições dos Municípios, do Estado e da União.

Nestes Territórios as ações planejadas foram integralmente executadas e forma referentes a obtenção dos Planos de Gestão Ambiental Rural – PGAR, produto final do Projeto.

Neste territórios também procurou-se apoiar algumas ações que foram inseridas nos PGARs, de forma a indicar para a comunidade com o Plano pode apoiar o desenvolvimento local e fomentar a melhoria ambiental e de vida das populações locais.

### Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física -----	Financeira 1.131.252,00	Física -----	Financeira 1.071.128,00

## SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

### RELATÓRIO DE GESTÃO – 2007

DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS (CONVÊNIOS E OUTROS) IN.TCU-nº 85 – anexo X – item 3

#### ACONTO DO PROGRAMA 1270 – PROAMBIENTE

AÇÃO	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DO TERMO	VALOR REPASSADO NO EXERCÍCIO	OBJETIVO	SITUAÇÃO
2272.0001	PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	MMA/MRE/PNUD PRODOC-BRA-00/022-"Apoio as Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável" vigência: junho/2001 a junho/2008 – Revisão Substantiva " O ", assinada em 21/12/2007	475.205,00	Implementação e gestão do PROAMBIENTE, nos termos do resultado 4.4 do PRODOC	PROJETO EM CURSO.
7621.0001	TERMO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOV.BRASILEIRO E A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO – FAO. VIGENCIA:31/12/2002 A 30/06/2008(TERMO DE REVISÃO)	PROJETO FAO-UTF/BRA/060/Gestão Ambiental Rural em Assentamentos Humanos situados em Bacias Hidrográficas do Brasil - VALOR TOTAL DO PROJETO: US\$2,750,000	752.560,00	- Contribuir ao desenvolvimento da capacidade técnica das instituições do País para formular e Implantar um Programa Nacional de Gestão Ambiental Rural – GESTAR, mediante a transferência, aplicação e multiplicação de gestão ambiental rural experimentados nos territórios onde estão localizados os assentamentos humanos.	PROJETO EM CURSO.
	Acordo Básico de Assistência Técnica PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL data da assinatura: 11/2007 VIGENCIA: 11/12/2007 A 31/12/2007	MMA/MRE/PNUDPRODOC-BRA-07/018	109.529,00	investimento Sociambiental de Uso e Conservação do Solo em Comunidades Rurais da Bacia do Rio São Francisco, com ações específicas e definidas no instrumento de Acordo-PRODOC-BRA/07/018	Projeto em curso, iniciado no exercício de 2007 – Valor total do Projeto: US\$ 3.770.550,00 – fonte do recurso: PAC-CODEVASF. No exercício o Projeto recebeu recursos a conta de dotação descentralizada pela CODEVASF/MI, no valor de R\$3.000.000,00 originário dos recursos do PAC.
1C12.0001	PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	MMA/MRE/PNUD PRODOC-BRA-00/022-"Apoio as Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável" vigência: junho/2001 a junho/2008 – Revisão Substantiva " O ", assinada em 21/12/2007	145.000,00	Implementação e gestão do PROAMBIENTE, nos termos do resultado 4.4 do PRODOC	PROJETO EM CURSO.
<b>TOTAL</b>			<b>1.482.294,00</b>		

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2007

DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS – DESPESAS NO EXERCÍCIO

PROGRAMA : 1270 – PROAMBIENTE

<b>AÇÃO</b>	<b>DESPESAS COMDIÁRIAS</b>	<b>DESPESAS COM PASSAGENS</b>	<b>TOTAL APLICADO</b>
<b>1270.2272-0001 – Gestão e Administração do Programa</b>	26.893,23	42.409,47	69.302,70
<b>1270.1C12-0001 – Implantação dos Polos do Proambiente</b>	9.039,37	,00	9.039,37
<b>TOTAL</b>			<b>78.342,07</b>

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.**

**RELATÓRIO DE GESTÃO - 2007**

**PROGRAMA - 0499 – ÁREAS PROTEGIDAS DO BRASIL.**

**AÇÕES QUE INTEGRAM O PROGRAMA NA UNIDADE JURISDICIONADA:**

**6068.0001 – Capacitação e Disseminação de Práticas Sustentáveis para o Ecoturismo.**

**4.1.1. PROGRAMA 0499- ÁREAS PROTEGIDAS DO BRASIL**

**4.1.1.1- 18.128.0499.6068.0001 – Ação: Capacitação e Disseminação de Práticas Sustentáveis para o Ecoturismo**

**4.1.1.1.1- Dados gerais**

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Disseminar tecnologias ambientalmente sustentáveis, voltadas ao manejo sustentável dos recursos naturais utilizados nas atividades relacionadas ao ecoturismo. Promover a capacitação técnica e profissional das comunidades locais, visando integrá-las no processo de gestão e desenvolvimento do ecoturismo, e de pequenos negócios sustentáveis associados a sua prática. Conscientizar as comunidades anfitriãs, o trade e os turistas, sobre a importância da conservação do meio ambiente e a possibilidade de compatibilizá-la com o desenvolvimento da atividade ecoturística. Fortalecer o empreendedorismo da comunidade local e fomentar a organização dos diversos setores relacionados ao ecoturismo, além de estimular o associativismo..
Descrição	Levantamento e sistematização de demandas de capacitação em ecoturismo e turismo. Diagnóstico e levantamento de Tecnologias Ambientalmente Saudáveis (TAS) aplicáveis ao ecoturismo; apoiar a aplicação de instrumentos de planejamento e gestão para a conservação dos recursos naturais utilizados pelo ecoturismo; oferecer assistência técnica para desenvolvimento e adoção de TAS para o manejo sustentável dos recursos naturais a serem utilizadas no desenvolvimento do ecoturismo; identificar, desenvolver e divulgar parâmetros referenciais sobre atividades ecoturísticas sustentáveis; contribuir para captação de investimentos para adoção das TAS aplicadas ao ecoturismo; disseminar as TAS para os diversos atores públicos e privados, bem como para as comunidades e empreendedores envolvidos; levantar necessidades de capacitação para pequenos empreendimentos sustentáveis, relacionados ao ecoturismo; elaborar estratégias de capacitação definindo a estrutura de cursos e oficinas; realizar cursos de qualificação e/ou aprimoramento de atores públicos e privados para a gestão sustentável da atividade; promover a conscientização ambiental da comunidade, do trade e dos turistas, incluindo conteúdos relacionados ao consumo responsável. Essa ação orçamentária desenvolve atividades no sentido de dar maior sensibilidade e conhecimento técnico aos atores locais nas atividades ecoturísticas. A ação vem sendo desenvolvida em articulação com setores do poder público e entidades não governamentais sem fins lucrativos, buscando as melhorias sinergia para apoiar ações executadas localmente. O processo de planejamento da execução da ação, a cada ano, é debatido com esses atores buscando a participação efetiva como estratégia para subsidiar o processo de tomada de decisão sobre a sua implementação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	440047,440040 e 440001
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Desenvolvimento Rural Sustentável-DRS
Coordenador nacional da ação	Allan Milhomens
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

#### 4.1.1.1.2- Resultados

A previsão da meta física foi alterada, de 450 pessoas capacitadas para 200, tendo em vista principalmente o aumento da carga horária de 60 para 192 h/aula. Com relação à execução financeira, informamos que dos R\$ 350.000,00 empenhados, R\$ 30.000,00 foram utilizados para pagamento de pessoal temporário que trabalha diretamente na Ação. Sendo assim, da nova previsão de meta física de 200 pessoas capacitadas, tem-se que foram capacitados 135 monitores locais. O não atingimento da meta física pode ser justificado, dentre outros fatores, por restrições administrativas e demora na liberação da dotação orçamentária da ação, que se encontrava contida até meados de novembro/2007, sendo que o atingimento da nova meta física da ação (capacitação dos demais 65 profissionais) acontecerá no primeiro trimestre de 2008.

Havia a previsão da realização de 5 cursos ao longo do ano de 2007, capacitando aproximadamente 40 pessoas cada um Estão em curso o processo de contratação dos demais cursos, que está sendo viabilizado com os recursos da dotação orçamentária transferido para o os projetos Bra 22 e BRA -009. Os cursos previstos foram os seguintes: PN da Canastra (MG); PN da Amazônia (PA); Vale do Ribeira (SP); FLONA Tapajós (PA); APA Delta do Parnaíba/PN Sete Cidades (PI)., e adicionalmente um curso em bioconstrução na APA do Delta do Parnaíba.

Considerando que a liberação da dotação inicialmente contida para ação só se deu em meados do mês de novembro, houve comprometimento de prazos para contratação das instituições para execução dos recursos. Por essa razão, apenas o curso do PN da Serra da Canastra foi totalmente realizado no ano de 2007, capacitando 45 pessoas. Os cursos do PARNA da Amazônia e do Vale do Ribeira tem previsão de conclusão em janeiro/2008, capacitando ao todo mais 90 atores locais. Os demais cursos estão em processo de contratação via organismo internacional (PNUD). Ou seja, como a maior parte da dotação prevista para a ação 6068 encontrava-se contida até os últimos meses do ano, a saída encontrada foi repassar os recursos ao PNUD para execução dos cursos restantes nos primeiros meses do ano de 2008, e assim atingir a meta física de 200 pessoas capacitadas.

O aumento da carga horária de 60 para 192 h/aula se justifica pela busca de uma maior qualidade e de um maior retorno por parte dos atores capacitados. Nesse sentido, esses cursos de capacitação de monitores ambientais locais com ênfase em ecoturismo foram delineados em quatro módulos: Meio Ambiente e Cultura; Turismo e Sustentabilidade; Trabalho do Monitor; Primeiros Socorros e Segurança.

#### **Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação**

Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
Motivo**	Valor no ano US\$	Valor acumulado no projeto US\$	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
1- Reembolso de despesas	504.378,73	4.188.365,86	Projetos em andamentos	Projetos em andamento
2-Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso.	379.972,06	1.418.008,17		



## SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

## RELATÓRIO DE GESTÃO – 2007

DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERENCIAS REALIZADAS (CONVÊNIO E OUTROS) IN.TCU-nº 85 – anexo X – item 3

## A CONTA DO PROGRAMA 0499 – ÁREAS PROTEGIDAS DO BRASIL.

AÇÃO	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DO TERMO	VALOR REPASSADO NO EXERCÍCIO	OBJETIVO	SITUAÇÃO
6068-0001	PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL	MMA/MRE/PNUD PRODOC-BRA00/022 E 99/009 – IMPLEMENTAÇÃO DA FASE I DO PROECOTUR.-Termo de Revisão " Q " - vigência 31/12/2007	290.000,00	O objetivo do Proecotur é viabilizar o desenvolvimento do ecoturismo como uma das bases para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, criando um contexto apropriado e as condições necessárias para preparar os nove estados da Amazônia Legal – Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins – para administrarem de forma eficiente áreas com potencial para o ecoturismo eleitas a partir de critérios estabelecidos no documento do Projeto	Projeto encerrado em 31/12/2007, considerando término dos ingressos financeiros a conta do empréstimo do Governo Brasileira/MMA, junto ao BID Contrato nº 1216/OC-BR
	<b>TOTAL</b>		<b>290.000,00</b>		

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.**

**RELATÓRIO DE GESTÃO - 2007**

**PROGRAMA - 0511 – GESTÃO DE POLÍTICAS DE MEIO AMBIENTE.**

**AÇÕES QUE INTEGRAM O PROGRAMA NA UNIDADE JURISDICIONADA:**

**8661.0001** – Planejamento para o Desenvolvimento do Ecoturismo em Áreas Seleccionadas.

**4.1.1 – PROGRAMA 0511 – GESTÃO DE POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE**

**4.1.1. - 18.121.0511.8661-0001 -AÇÃO: Planejamento para o Desenvolvimento do Ecoturismo em Áreas Seleccionadas**

**4.1.1.1 -Dados gerais da ação**

Tipo	Atividade
Finalidade	Planejar e promover a implementação de planos para o desenvolvimento do ecoturismo como ferramenta de conservação ambiental e melhoria de qualidade de vida para as comunidades que vivem nas regiões de destinos ecoturísticos, especialmente àquelas relacionadas às áreas protegidas e seus entornos. Diagnosticar e levantar informações e propor iniciativas e soluções técnicas voltadas para a melhoria do processo de gestão pública e privada em ecoturismo, promovendo o desenvolvimento e a aplicação de instrumentos de planejamento e gestão para a conservação dos recursos naturais utilizados pela atividade.
Descrição	Avaliação e diagnósticos para determinar o potencial ecoturístico, as oportunidades e as restrições a serem considerados em relação ao potencial de desenvolvimento do ecoturismo nas áreas seleccionadas. Desenvolver estratégias e planos específicos para orientar o potencial dos estados para o ecoturismo em áreas geográficas seleccionadas visando investimentos futuros. Preparação de planos de gerenciamento para definir claramente a demanda para o uso compatível com a conservação ambiental dessas áreas. Planejamento e elaboração de projetos para implementação de ações necessárias ao desenvolvimento de atividades ecoturísticas em áreas seleccionadas. Acompanhar e orientar a implementação de projetos relacionados ao setor, nas áreas seleccionadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	440047, 440040 e 440001
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	Allan Milhomens
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

#### 4.1.1.2 -Resultados

No que tange às metas físicas, informamos que dos 3 estudos previstos um deles foi totalmente concluído, outro está em fase final de conclusão (com entrega prevista para o primeiro trimestre de 2008) e o terceiro em processo de contratação (com previsão de entrega para junho/2008). Ressalta-se ainda que o recurso para o pagamento das parcelas finais dos mesmos foi repassado ao PNUD, tendo em vista que tais estudos foram contratados por esse organismo internacional. Nesse sentido, tem-se que a não execução total da meta física se justifica por entraves administrativos ocasionados nas contratações, contingenciamento de recursos e também pela necessidade de pequenos ajustes nos produtos apresentados pela(s) Contratada(s) após análise por parte da área técnica do PROECOTUR.

Tais estudos, eram metas contratuais previstas no Contrato de Empréstimo nº 1216/OC-BR, celebrado junto ao BID, e que deu origem ao Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal - PROECOTUR. Os estudos em questão são o Plano de Uso Turístico do Sítio Arqueológico de Pedra Preta em Paranaíta/MT (o qual foi finalizado em dezembro/2007); a Estratégia do Turismo Sustentável para a Amazônia Legal (mais importante estudo da Fase I do Proecotur, em fase de finalização); e o Plano de Manejo do Parque Estadual do Cristalino/MT (em processo de contratação pelo PNUD).

Adicionalmente no âmbito dessa ação uma série de iniciativas foram adotadas junto ao Ministério do Turismo no sentido de consolidar o processo de elaboração da Agenda Ambiental para o Turismo e do Plano de Ação para a sua implementação. Outra iniciativa foi a elaboração da projeto de criação da carteira de ecoturismo de base comunitária que tem como objetivo de fortalecer as iniciativas de ecoturismo de base comunitária em áreas naturais de interesse turístico, conciliando a conservação ambiental, o manejo sustentável dos recursos naturais e a geração de trabalho e renda, por meio do estímulo e apoio à participação das comunidades moradoras nessas áreas .

#### **Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação**

Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
Motivo**	Valor no ano US\$	Valor acumulado no projeto US\$	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
1- Reembolso de despesas	504.378,73	4.188.365,86	Projetos em andamentos	Projetos em andamento
2-Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso.	379.972,06	1.418.008,17		

## SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

## RELATÓRIO DE GESTÃO – 2007

DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERENCIAS REALIZADAS (CONVÊNIOS E OUTROS) IN.TCU-nº 85 – anexo X – item 3

## A CONTA DO PROGRAMA 0511 – GESTÃO DE POLITICAS DE MEIO AMBIENTE

AÇÃO	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DO TERMO	VALOR REPASSADO NO EXERCÍCIO	OBJETIVO	SITUAÇÃO
8661.0001	PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL	PRODOC-BRA-99/009-PROECOTUR - MMA/MRE/PNUD . IMPLEMENTAÇÃO DA FASE I DO PROECOTUR.-Termo de Revisão " Q " - vigência 31/12/2007	203.431,00	O objetivo do Proecotur é viabilizar o desenvolvimento do ecoturismo como uma das bases para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, criando um contexto apropriado e as condições necessárias para preparar os nove estados da Amazônia Legal – Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins – para administrarem de forma eficiente áreas com potencial para o ecoturismo eleitas a partir de critérios estabelecidos no documento do Projeto	Projeto encerrado em 31/12/2007, considerando término dos ingressos financeiros a conta do empréstimo do Governo Brasileira/MMA, junto ao BID Contrato nº 1216/OC-BR
<b>TOTAL</b>			<b>203.431,00</b>		

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.**

**RELATÓRIO DE GESTÃO - 2007**

**PROGRAMA - 1080 – COMBATE A DESERTIFICAÇÃO.**

**AÇÕES QUE INTEGRAM O PROGRAMA NA UNIDADE JURISDICIONADA:**

**2272.0001** – Gestão e Administração do Programa.

**09HF.0020** – Apoio à implementação do Plano de Ação Nacional de Luta contra a Desertificação nas Áreas suscetíveis à Desertificação.

**09HF.0031** – Apoio à implementação do Plano de Ação Nacional de Luta contra a Desertificação nas Áreas suscetíveis à Desertificação- no Estado de Minas Gerais.

**09HF.0056** - Apoio à implementação do Plano de Ação Nacional de Luta contra a Desertificação nas Áreas suscetíveis à Desertificação – Nacional.

**4971.0001** – Capacitação de Agentes Multiplicadores locais para Combate a Desertificação.

#### 4.1.1. PROGRAMA 1080 - COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

##### 4.1.1.1. Dados gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Construir, desenvolver, fortalecer, aumentar e melhorar a capacidade da população que vive nas ASD para o combater à desertificação por meio da convivência com especificidades locais; Fomentar projetos de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, que priorizem a racionalização do uso e recuperação dos solos, conservação da biodiversidade, combate a pobreza, educação ambiental e desenvolvimento científico e tecnológico; Apoiar técnica e politicamente a elaboração e implementação dos Planos Estaduais – PAEs, por meio da mobilização e articulação dos diversos atores governamentais e não-governamentais.
Gerente do programa	Egon Krakhecke
Gerente executivo	José Roberto de Lima
Indicadores ou parâmetros utilizados	Áreas atendidas por intervenções que visem o combate à desertificação.
Público-alvo (beneficiários)	A população das ASD distribuída em 1.482 municípios, calculada em 31,6 milhões de pessoas (IBGE/2000) que, com a implementação de ações do PAN-Brasil, terá melhoria na sua qualidade de vida.

##### 4.1.1.2. Principais Ações do Programa

Código	Descrição	Unidade Executora
09HF	Apoio à Implementação do Plano de Ação Nacional de Luta Contra a Desertificação nas Áreas Susceptíveis à Desertificação	MMA
4971	Capacitação de Agentes Multiplicadores Locais para Combate à Desertificação	MMA
2272	Gestão e Administração do Programa	MMA

#### 4.1.1.3. Gestão das ações

##### 4.1.1.3.1. Ação 09HF - Apoio à Implementação do Plano de Ação Nacional de Luta Contra a Desertificação nas Áreas Susceptíveis à Desertificação

###### 4.1.1.3.1.1. Dados gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	O Projeto tem como objetivo contribuir para a implementação de ações de combate à desertificação nas ASD, mediante a consolidação do Programa de Ação Nacional de Combate a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAN-Brasil e dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação - PAEs.
Descrição	Apoiar os estados na construção ou revisão e implementação dos Planos de Ação Estaduais de Combate à Desertificação, prezando a efetiva participação social. Articular com os atores sociais locais (organizações não governamentais) e os governos estaduais para a implementação e revisão das ações de combate à desertificação, a luz das diretrizes estabelecidas no PAN-Brasil. Revisar e discutir do PAN-Brasil.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	440040 e 440001
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação do Programa
Coordenador nacional da ação	Egon Krakhecke
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	José Roberto de Lima

###### 4.1.1.3.1.2. Resultados

###### 09HF - 0056 – Nacional.

Os recursos foram destinados para viabilizar as ações preconizadas no PCT-BRA/IICA/05/004 "Apoio às Ações de Implementação do PAN-Brasil". A fim de cumprir os objetivos imediatos:

- 1) Aprimorar o conhecimento sobre a situação e os processos de desertificação e ocorrência de secas nas ASD, bem como ampliar o conhecimento sobre tecnologias de prevenção, controle, mitigação e combate à desertificação.
- 2) Estabelecer mecanismos para concepção, criação e revisão de políticas de desenvolvimento sustentável para as ASD, criando e fortalecendo institucionalidades para o combate à desertificação.
- 3) Estabelecer mecanismos para o fortalecimento da capacidade técnica operacional das

instituições e entidades que atuam na área, incrementando o uso e a difusão dos conhecimentos gerais, técnicos e das praticas de manejo sustentável dos recursos naturais.

- **09HF - 0031 - Minas Gerais.**

Os recursos foram destinados para viabilizar as ações preconizadas no PCT-BRA/IICA/05/004 "Apoio às Ações de Implementação do PAN-Brasil". Objetivando apoiar a elaboração do Plano de Ação Estadual de Combate à Desertificação do estado de Minas Gerais.

- **09HF - 0020- Região Nordeste.**

Os recursos foram destinados para viabilizar as ações preconizadas no PCT-BRA/IICA/05/004 "Apoio às Ações de Implementação do PAN-Brasil". Objetivando apoiar a elaboração dos Planos Estaduais de Combate à Desertificação nos nove estados afetados pelo processo de desertificação na região nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia).

#### **Metas e resultados da ação exercício**

<b>Orçamento Lei</b>	<b>Contido</b>	<b>Disponível</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>
R\$ 10.125.880,00	R\$ 6.994.282,00	R\$ 3.131.598,00	R\$ 3.131.598,00	R\$ 3.131.598,00

#### **4.1.1.3.2. Ação 4971 – Capacitação de Agentes Multiplicadores Locais para Combate à Desertificação**

##### **4.1.1.3.2.1. Dados gerais**

Tipo	Projeto
Finalidade	Desenvolver processos de formação de atores sociais locais visando replicar, em relação ao fenômeno da desertificação, suas causas e conseqüências, bem como, sobre alternativas tecnológicas para inibir o mesmo.
Descrição	Condução de processos participativos de formação de agentes locais; Formação de multiplicadores. constituição de comissões locais de combate à desertificação e gestão sustentável da água para o acompanhamento, monitoramento, avaliação das intervenções de formação realizadas. confecção de materiais (cartilhas e manuais) visando implementar processos de formação em combate à desertificação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	440040
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação do Programa
Coordenador nacional da ação	Egon Krakhecke
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	José Roberto de Lima



#### 4.1.1.3.2.2. Resultados

Foram capacitadas 400 pessoas que atuam com a temática da desertificação nas ASD ( membros de OSCs, líderes sindicais, educadores entre outros).

- Em parceria com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e com a Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (ABEAS), foi realizado o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* por Tutoria a Distância em Desenvolvimento Sustentável para o Semi-árido Brasileiro – DSSB, com ênfase no combate à desertificação, por meio da cooperação técnica PCT/BRA/IICA/05/004.

#### Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
350 Pessoas	R\$ 53.939,00	400 Pessoas	R\$ 53.939,00
50 Pessoas	R\$ 96.061,00	50 Pessoas	R\$ 96.061,00

#### 4.1.1.3.3. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

##### 4.1.1.3.3.1. Dados gerais

Tipo	Apoio Administrativo
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos do programa, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Aqui compreende-se: serviços administrativo; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção; sistemas de informações gerenciais internos; estudos que tem por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	440040 e 440001
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação do Programa
Coordenador nacional da ação	
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	José Roberto de Lima

#### 4.1.1.3.3.2. Resultados

Os recursos foram destinados para viabilizar a coordenação das ações de implementação do programa 1080 - Combate à Desertificação, por meio da cooperação técnica PCT/BRA/IICA/05/004.

#### Metas e resultados da ação exercício

<b>Orçamento Lei</b>	<b>Contido</b>	<b>Disponível</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>
R\$ 198.818,00	R\$ 11.286,16	R\$ 187.531,84	R\$ 185.817,71	R\$ 185.817,71

### SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

#### RELATÓRIO DE GESTÃO – 2007

#### DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS – DESPESAS NO EXERCÍCIO

#### PROGRAMA : 1080 – COMBATE A DESERTIFICAÇÃO

<b>AÇÃO</b>	<b>DESPESAS COMDIÁRIAS</b>	<b>DESPESAS COM PASSAGENS</b>	<b>TOTAL APLICADO</b>
<b>1080.2272-0001 – Gestão e Administração do Programa</b>	7.388,17	2.808,91	10.197,08
<b>TOTAL</b>			<b>10.197,08</b>

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.**

**RELATÓRIO DE GESTÃO - 2007**

**PROGRAMA - 0502 – AMAZONIA SUSTENTÁVEL.**

**AÇÕES QUE INTEGRAM O PROGRAMA NA UNIDADE JURISDICIONADA:**

**6061.0010** – Fomento a Projetos Demonstrativos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação na Amazônia – Programa Piloto.

**4.1.1. Programa 0502 – Amazônia Sustentável**

**4.1.1.2. Principais Ações do Programa**

**Ação 6061 – Fomento a Projetos Demonstrativos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação na Amazônia (Programa Piloto)**

**4.1.1.3. Gestão das ações**

**4.1.1.3.1. Ação 6061 – Fomento a Projetos Demonstrativos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação na Amazônia (Programa Piloto)**

**4.1.1.3.1.1 Dados gerais**

No contexto do Programa Piloto, o PDA foi o componente concebido para atuar em parceria com a sociedade civil, apostando na geração de conhecimentos, tecnologias, novas formas de gestão e práticas produtivas pelas comunidades locais. Com o objetivo de apoiar experiências inovadoras e demonstrativas, a estratégia do PDA está centrada no fortalecimento da capacidade das organizações sociais, na transferência de conhecimentos gerados para outras comunidades e ONGs, e na influência sobre políticas públicas.

As avaliações do PDA realizadas em 2003 e 2004 enfatizam que o projeto foi bem-sucedido na geração de conhecimentos e no fortalecimento das organizações, mas não teve estratégias eficientes de gestão do conhecimento, resgate das aprendizagens e disseminação das mesmas. Essa constatação tem norteado a atual estratégia do PDA, focada em um sistema de monitora e avaliação orientado por impactos e na sistematização do conhecimento gerado. O objetivo é resgatar o conhecimento empírico produzido pelas comunidades e também originado a partir de referenciais técnico-científicos, por meio de parcerias com instituições de pesquisa. Da mesma forma, busca-se trabalhar a comunicação de forma mais estratégica.

Atualmente um acordo entre os governos do Brasil e da Alemanha prevê o volume de 27,89 milhões de euros a ser repassado ao PDA no período de 2004 a 2009, para a implementação de três componentes: Consolidação; Projeto Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas – Padeq e Ações de Conservação da Mata Atlântica – PDA Mata Atlântica.

Entre os anos de 2002 e 2004, o PDA passou por uma fase de avaliações e preparação para a nova fase de seleção e aprovação de projetos. Nesse período, uma longa negociação com o Banco do Brasil provocou o atraso de quase dois anos na implementação do PDA III, que se deu efetivamente em abril de 2004 com o lançamento das Chamadas para projetos dos componentes Consolidação e Padeq.

O Componente Consolidação tem como estratégia apoiar projetos que possam consolidar experiências, ao mesmo tempo em que as sistematizam, visando gerar elementos concretos para a proposição de políticas públicas.

O Componente Padeq concentra sua atuação no chamado Arco do Desmatamento, apoiando estratégias que se mostraram bem-sucedidas na primeira fase do PDA. Tem por áreas temáticas: (1) recuperação de áreas de preservação permanente e de reserva legal; (2) práticas de produção sem uso do fogo e (3) campanhas de mobilização social com intercâmbio, capacitação e disseminação de experiências bem-sucedidas.

Em 2004 foi assinado o Acordo do PDA Mata Atlântica para apoiar projeto locais, regionais e nacionais em diversas áreas temáticas relacionadas com a criação e a implantação de unidades de conservação e o monitoramento dos remanescentes de Mata Atlântica. Entre as principais estratégias do PDA Mata Atlântica destaca-se a criação de um Grupo Executivo, com a finalidade de orquestrar a ação de diversos órgãos nesse bioma, composto por representantes do PDA, da Diretoria de Áreas Protegidas e do Núcleo Assessor de Planejamento da Mata Atlântica/Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do Ibama e da Rede de Organizações não-Governamentais da Mata Atlântica – RMA. Além disso, há a busca de diálogo e de aproximação com os projetos executados pelos governos estaduais por meio de apoio do mesmo financiador do PDA Mata Atlântica, o KFW. A primeira Chamada do PDA Mata Atlântica foi lançada em 18 de março de 2005.

### Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Disseminar para a sociedade civil e para instituições públicas as boas práticas e conhecimentos estratégicos em desenvolvimento sustentável de florestas tropicais gerados no âmbito dos demais projetos e subprogramas do programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais do Brasil
Descrição	Assessoramento e capacitação dos projetos por meio de visitas e realização de cursos sobre monitoramento, especialmente de impacto e de aprendizagem, com o fim de obter conhecimentos e estabelecer as lições aprendidas; Seleção, discussão e contratação de estudos e análises com a finalidade de aprofundar os conhecimentos e lições apreendidas, de forma a subsidiar políticas públicas; Apoio à integração das atividades e resultados dos projetos do Programa Piloto; Utilização dos meios de divulgação disponíveis, tais como seminários, encontros, publicações, internet, etc, para disseminar e valorizar, entre diferentes públicos, os conhecimentos adquiridos no âmbito dos projetos do Programa; Disseminação de experiências desenvolvidas no Programa Piloto para formulação de subsídios à elaboração e à implementação das macro políticas do Governo Federal para a Amazônia Legal, em particular o Plano Amazônia Sustentável (PAS) e o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da BR-163 (Cuiabá-Santarém) e; Disseminação de experiências desenvolvidas no Programa Piloto para formulação de subsídios à elaboração e à implementação de novo programa de cooperação internacional para a Amazônia (Programa Amazônia), que deverá suceder o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR/MMA
Unidades executoras	440051,440040 e 440001
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	Egon Krakhecke
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Jorg Zimmermann

### **1.1.3.1.2 Resultados**

As seguintes atividades e tarefas são desenvolvidas pela equipe para cumprimento das metas do PDA e alcance dos resultados :

#### *Lançamento de Editais para Contratação de Projetos*

- a) Elaboração de Chamada
- b) Publicação de Chamada
- c) Recebimento e Análise Inicial das propostas de projetos
- d) Organização e participação nas Reuniões (Câmara Técnica, Comissão Executiva e Colegiada) para julgamento das propostas
- e) Divulgação das propostas aprovadas
- f) Encaminhamento de correspondências (carta de aprovação ou reprovação)
- g) Análise de condicionantes/recomendações de propostas aprovadas
- h) Reenvio de correspondências referentes aos resultados das condicionantes/recomendações
- i) Contratação de projetos

#### *Acompanhamento de Projetos Aprovados*

- a) Capacitação Inicial (Técnica/Financeira) de representantes das Entidades Proponentes
- b) Acompanhamento Técnico/Financeiro da execução do projeto (Análise de Plano de Monitoria, Relatório de Diagnóstico Inicial, Relatório de Andamento da Implementação Semestral-RAIS, Relatório Físico Financeiro-RFF, Relatório de Bens Adquiridos-RBA, Avaliação de Meio Termo, Avaliação Final, Remanejamento de Recursos e Fundo de Reserva)
- c) Visita de Monitoramento Técnico/Financeiro aos projetos
- d) Articulação para influenciar Políticas Públicas de temas relevantes para os beneficiários dos projetos aprovados nos seus respectivos territórios

#### *Outras demandas da Secretária Técnica e do PDA*

- a) Organização de Fluxo Interno/Externo de Documentos
- b) Administração da ST/PDA (Contratação de Serviços de Terceiros, Emissão de Passagens, Acompanhamento de Pessoal e Administração de Entrada/Saída de Recursos, Controle dos bens patrimoniais e equipamentos de uso comum)
- c) Reuniões regulares para Gestão do subprograma
- d) Reuniões de articulação com outros parceiros institucionais
- f) Elaboração de Relatórios do/para subprograma (PRODOC, Relatório de Progresso Anual, SIGMA, SIGEPRO e PPA)
- g) Implementação de Sistemas Informatizados para otimização da Gestão do subprograma (*Site e Sistema Técnico/Financeiro*)

- h) Organização e/ou Participação em eventos relacionados aos temas do subprograma. Ou participação em eventos em temas de outros programas do MMA e demais Ministérios, pertinentes ao subprograma PDA
- i) Assessoria das Sistematizações de Experiências (elaboração, acompanhamento, revisão e publicação dos produtos) do subprograma
- j) Organização/acompanhamento de documentos ou eventos referentes às avaliações (Missões de Supervisão do Banco Mundial, do KfW) sobre o andamento do subprograma.

### **Metas e resultados da ação**

Em 2007, o Subprograma Projetos Demonstrativos – PDA concentrou suas atividades na contratação e capacitação inicial dos projetos aprovados em 2006, na elaboração e publicação das Chamadas de Âmbito Local/Regional e Nacional do Componente Mata Atlântica, quais sejam a) Construção de Conhecimentos em Rede, b) Serviços Ambientais, c) Monitoramento da Cobertura Vegetal do Bioma, d) Corredores Ecológicos e e) Campanha de Comunicação.

Em abril 2007, realizou-se a Quinta Reunião do Colegiado composto pela ST/PDA, GTA e RMA, para análise e aprovação de pequenos projetos, no âmbito da Chamada 03. Foram aprovados e contratados 14 novos pequenos projetos.

Ainda em outubro de 2007, foi lançada a Chamada 05 – Construção de Conhecimento em Rede, disponibilizando um total de R\$ 2.300.000,00 para financiamento de projetos grandes (até R\$ 350.000,00) e pequenos (até R\$ 70.000,00).

As demais chamadas estão em fase de conclusão do Edital, com a colaboração da Secretaria de Biodiversidade e Florestas/MMA.

Foram realizadas 05 Oficinas de Capacitação Inicial de projetos, em Parati – RJ, Recife – PE, Florianópolis – SC, Montenegro – RS e Porto Seguro – BA, com a participação de 42 projetos da Chamada 03, resultando em cerca de 120 pessoas capacitadas para a prestação de contas e monitoria técnica dos projetos.

Em parceria com a GTZ, o PDA participou da preparação e realização da Exposustentat (São Paulo – outubro 2007), e está participando da construção da Política Nacional para as Cadeias Produtivas de Produtos da Sociobiodiversidade junto com o Departamento de Agroextrativismo da SEDR.

No âmbito do Componente Consolidação, que visa fortalecer as experiências anteriormente apoiadas pelo PDA buscando a sustentabilidade ambiental, econômica, social e institucional, foram apoiados 31 grandes projetos (12 na Mata Atlântica e 19 na Amazônia). Destes, três já encerraram suas atividades em 2007. O total de desembolsos para este Componente foi de R\$ 2.400.000,00.

No âmbito do Componente Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas – PADEQ, foram apoiados 49 projetos no Arco do Desmatamento (PA, MT, RO, TO) e em Roraima. Destes, três encerraram suas atividades em 2007. O total de desembolsos para este Componente foi de R\$ 3.000.000,00.

No âmbito do Componente Ações de Conservação da Mata Atlântica, foram apoiados 108 projetos (grandes e pequenos), sendo que 05 foram cancelados, e 13 já encerraram suas atividades. O total de desembolsos para este Componente foi de R\$ 8.890.000,00.

Com o objetivo de sistematizar as experiências e gerar conhecimentos para subsidiar a discussão e proposição de políticas públicas direcionadas para o seu público alvo, o PDA acordou com o KfW o apoio a Redes para implementação de projetos em parceria de organizações não governamentais e órgãos governamentais amazônicos, em temáticas e territórios priorizados pelo MMA e a ST/PDA.

Para os seguintes projetos em Rede, contratados em 2006, foram disponibilizados R\$ 450.000,00 :

- a) Rede Araguaia Tocantins de Comercialização Solidária implementado pela Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Araguaia Tocantins – FECAT
- b) BR 163 – Xingu, implementado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde - MT, focando em atividades e técnicas agropecuárias que evitam novos desmatamentos nas pequenas propriedades rurais, como apicultura e meliponicultura, manejo rotacionado de pastagens, controle biológico da cigarrinha das pastagens, entre outros.
- c) Roça sem Queima, implementado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medicilândia – PA, focando em métodos de reaproveitamento dos capoeirões para roçados, sem o uso do fogo
- d) Produção e disseminação de conhecimentos agroecológicos na Amazônia a partir das experiências de Projetos Demonstrativos – PDA, implementado pelo Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia – GTNA, focando na produção e disseminação de conhecimentos agroecológicos a partir das iniciativas das comunidades rurais e organizações sociais na Amazônia.
- e) Sistematização de Experiências Agroecológicas, implementado pela Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, focando na sistematização de experiências expressivas de práticas agroecológicas nas distintas regiões do país; e na sistematização de estudos que permitam avaliar o impacto da opção agroecológica e dos modelos convencionais sobre o desenvolvimento rural, em particular sobre a produção familiar e sobre o meio ambiente.

Deste modo, em 2007, temos um desembolso total de R\$ 14.740.000,00 para projetos de apoio a populações tradicionais e assentados da reforma agrária, envolvendo em torno de 13.000 famílias. Estes recursos são de doação do Governo Alemão através do KfW, sendo praticamente o mesmo valor desembolsado em 2006.

## **Gestão**

**Reestruturação administrativa:** Em decorrência do processo de reestruturação do Ministério, depois do início do novo mandato presidencial, o PDA passa a estar vinculado à Diretoria de Desenvolvimento Rural Sustentável da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR.

**Equipe:** Com a saída da técnica Elmar Andrade, a equipe técnica foi reduzida a oito técnicos, sendo dois permanentes e sete temporários, sendo que os temporários tiveram seus contratos prorrogados por MP no apagar das luzes de 2007.

**Comissão Executiva:** Não ocorreram reuniões da Comissão Executiva, uma vez que as Chamadas previstas para 2007 não foram lançadas, exceção da Chamada de Projetos em Rede.

**Colegiado Técnico** – Em 2007, o Colegiado Técnico, composto por técnicos da ST/PDA e representantes de Rede de ONGs da Mata Atlântica – RMA e Grupo de Trabalho Amazônico – GTA, reuniu-se uma única vez em 25 e 26/04/07 para análise e aprovação de 15 (quinze)

pequenos projetos da Chamada 03 Componente Ações de Conservação da Mata Atlântica – Projetos de Âmbito Local e Regional

### **Subprojetos**

No âmbito do Componente Consolidação, foram apoiados 31 grandes projetos (12 na Mata Atlântica e 19 na Amazônia), sendo que três já encerraram suas atividades em 2007. O total de desembolsos para este Componente foi de R\$ 2.400.000,00.

No âmbito do Componente Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas – PADEQ, foram apoiados 49 projetos no Arco do Desmatamento (PA,MT, RO, TO) e em Roraima, sendo que três encerraram suas atividades em 2007. O total de desembolsos para este Componente foi de R\$ 3.000.000,00.

No âmbito do Componente Ações de Conservação da Mata Atlântica, foram apoiados 108 projetos (grandes e pequenos), sendo que 05 foram cancelados, e 13 já encerraram suas atividades. O total de desembolsos para este Componente foi de R\$ 8.890.000,00.

Para os projetos em Rede, contratados em 2006, foram disponibilizados R\$ 450.000,00.

Deste modo, temos um desembolso total de R\$ 14.740.000,00 para subprojetos em 2007

### **Recursos materiais e humanos envolvidos.**

Secretaria Técnica (ST) do PDA

A Secretaria Técnica do PDA preza pelos doze anos de existência deste subprograma, mesmo com um reduzido número de técnicos. Atualmente a ST/PDA acompanha sob assessoria de **seis técnicos temporários e dois efetivos um número de 193 projetos**, subdivididos nos seus três componentes.

Assessorar os projetos em execução no PDA, bem como desempenhar as várias demandas decorrentes ou não deste subprograma é um compromisso desafiador para esta equipe técnica, pois o número de projetos, ainda no ano de 2007, aumentou em decorrência dos 15 (quinze) pequenos projetos aprovados na Reunião Colegiada, em 25 e 26/04/07, e temos ainda a possibilidade de aprovação de novos projetos, decorrentes das (5) cinco Chamadas a serem lançadas no Componente Mata Atlântica.

#### **Número de Técnicos da ST/PDA e Número de Projetos em Execução Assessorados pelos Técnicos**

<b><i>Técnico(a)s</i></b>	<b><i>Status</i></b>	<b><i>Nº de Projetos por Técnicos</i></b>
Demóstenes Augusto Alves de Moraes	<b>Temporário</b>	22
Ísis Maria Cunha Lustosa	<b>Temporário</b>	21
Klinton Vieira Senra	<b>Temporário</b>	24
Maurício Barbosa Muniz *	Efetivo	25
Odair Scatolini Júnior *	Efetivo	20
Rodrigo Almeida Noletto	<b>Temporário</b>	23
Zaré Augusto Brum Soares	<b>Temporário</b>	25
Paulo César Spyer Resende	<b>Temporário</b>	24

( \* ) Analista ambiental/MMA



## **Lições aprendidas**

Como síntese das principais lições aprendidas desse conjunto destacam-se:

Projetos comunitários com caráter inovador e demonstrativo necessitam de pelo menos dez anos de amadurecimento para gerar resultados concretos, especialmente em se tratando de implantação de sistemas agroflorestais e de manejo florestal.

A participação social na concepção e no monitoramento do projeto é determinante para o sucesso da experiência. Incorporar mulheres e jovens às tomadas de decisão garante maior sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Em projetos demonstrativos, as ações de acompanhamento, gestão de conhecimentos e comunicação têm o caráter de atividades-fim. Deve haver recursos específicos alocados para essas atividades, as quais precisam ser pensadas desde a concepção do projeto, considerando o seu caráter estratégico.

Os projetos inovadores exigem assistência técnica intensiva e capacitada nos aspectos técnicos e agroecológicos. Da mesma forma, o técnico tem a função pedagógica de atuar como facilitador do processo de tomada de decisão, sem, no entanto, tirar das famílias produtoras o poder de realizar as escolhas.

Os sistemas agroflorestais precisam estar associados às atividades produtivas mais importantes das famílias e devem incorporar estratégias de geração de renda desde o início. É importante que os agricultores saibam também que se trata de uma estratégia de médio a longo prazos. A construção de indicadores dos avanços dos SAFs permite avaliar o aumento da fertilidade do solo, dos ganhos na alimentação e na saúde das famílias, de forma a manter a motivação dos envolvidos no projeto ao longo do tempo.

Os empreendimentos comunitários devem respeitar o ritmo de amadurecimento das entidades e buscar assessorias profissionais, bem como considerar a legislação de vigilância sanitária e fiscal. Os mercados locais são boas escolas. É importante ter uma percepção clara dos custos fixos e dos custos de estoque, especialmente no caso das polpas de frutas, além de uma análise prévia da viabilidade da matriz energética escolhida.

A sustentabilidade econômica deve ser pensada de forma ampla e com mais profissionalização por parte das entidades executoras. Ganhos econômicos podem ser decorrentes de melhorias na alimentação, do aproveitamento dos recursos disponíveis nas unidades de produção, da parceria entre produtores, cooperativas e associações e mesmo com o setor privado. Não se pode perder de vista o mercado, mas também é necessário verificar se as populações envolvidas se beneficiam concretamente dos avanços econômicos do empreendimento.

As políticas públicas devem ser encaradas nas esferas federal, estadual e municipal. O projeto não pode ser visto como uma ilha isolada; precisa interagir com as políticas locais. Influenciá-las é resultado do trabalho conjunto das entidades gestoras dos projetos e do movimento social.

Quanto aos impactos alcançados, na maioria das consultas às comunidades, o maior benefício citado é o aprendizado e o estímulo ao trabalho coletivo. Dentre as aprendizagens estão as práticas e as técnicas de recuperação de áreas alteradas, o manejo de abelhas nativas, o manejo de produtos não-madeireiros e a geração de novos produtos.

Os estudos realizados pelo PDA sobre projetos da Amazônia e da Mata Atlântica destacam como mais frequentes os benefícios relacionados com o fortalecimento organizacional, incluindo a participação em fóruns de decisão política e o aumento da capacidade de proposição. Considerando a amostra de 20 projetos do Estudo da Amazônia, 18 deles apontam melhorias na renda, na alimentação ou em outros aspectos da vida material dos produtores. A maioria (83%) dos projetos que trabalham com o uso dos recursos naturais apontou mudanças positivas no sistema de produção. Cerca de 50% conseguiram algum nível de influência sobre políticas públicas e 30% apontaram situações de profissionalização dos beneficiários como um dos resultados da experiência.

Impactos ambientais positivos são relatados em várias regiões. Destacam-se a recuperação de áreas alteradas, o retorno e o aumento do volume de água em ribeirões, a redução das queimadas e a redução da taxa de abertura de novas áreas no âmbito dos projetos.

### **Perspectivas e desafios**

Em termos de continuidade após o Programa Piloto, a experiência do PDA aponta, inicialmente, para duas possibilidades. Em primeiro lugar, para o fomento de experiências de construção comunitária de conhecimentos e de práticas de desenvolvimento sustentável, como uma política articulada em apoio à políticas maiores, como, por exemplo, a de apoio à Povos e Comunidades Tradicionais. Em segundo lugar, para a possibilidade de replicação das experiências bem-sucedidas nas áreas de produção sustentável e de gestão participativa, contribuindo para a sustentabilidade e uma melhor utilização dos recursos de crédito.

Nos últimos 10 anos, a trajetória do Subprograma leva a crer que os projetos demonstrativos apresentam um grande potencial de geração de conhecimentos e de promoção da inclusão social. Constituem uma oportunidade de aprendizagem e de crescimento político para populações isoladas ou que não acessam outras linhas de financiamento, assim como podem gerar subsídios para políticas. No entanto, essa estratégia tem uma condição necessária: a sistematização e o levantamento de parâmetros técnicos que permitam a avaliação e retro-alimentação das experiências, ao tempo em que geram elementos para a formulação de políticas públicas.

Por outro lado, após a implementação de 193 projetos em diversas localidades do país, com variados enfoques temáticos relacionados ao desenvolvimento sustentável, o PDA acumula muitos resultados que precisam ser avaliados, especialmente no aspecto dos ganhos econômicos. Para realizar essa tarefa, o PDA conta com um sistema de M&A participativo, focado em impactos. Nesse sistema estão previstos estudos dirigidos que precisam ser realizados de forma mais sistemática e com apoio de Centros de Pesquisa. Mas não é suficiente. Para superar essa deficiência, o PDA está iniciando conversações com alguns núcleos de pesquisas em universidades da Amazônia e com a Embrapa, em especial no Programa de Pesquisa em Agroecologia. A idéia é construir parcerias para gerar estudos consistentes sobre as atividades produtivas apoiadas pelo PDA, gerando indicadores que subsidiem propostas de políticas públicas e que permitam a avaliação da sustentabilidade das experiências. Igualmente, os estudos do Projeto AMA podem subsidiar o resgate de aprendizagens importantes. Um exemplo são os estudos específicos avaliando 12 projetos na Mata Atlântica e 20 projetos na Amazônia, já citados.

Em termos de avanços nas políticas públicas, o PDA está inserido na Secretaria Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. Alinha-se com as prioridades e com o enfoque territorial do MMA, apoiando projetos, especialmente no eixo da BR-163. O Programa de Apoio à Agricultura Ecológica, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, propõe sistemas de produção e práticas similares às que o PDA vem apoiando ao longo dos últimos dez anos. Da mesma forma, a Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social adota uma política de fomento com foco nos públicos atendidos pelo PDA, apostando na aproximação entre a Academia e as necessidades de conhecimentos e de tecnologias das comunidades. Há um potencial para que essa linha política do MCT apóie a validação dos conhecimentos gerados pelas comunidades. Uma aproximação com essas duas políticas e uma discussão aberta e construtiva sobre as aprendizagens geradas pelo PDA sinalizam para uma troca bastante positiva para os próximos anos.

#### **- Metas e resultados da ação exercício**

Previstas 188 subprojetos		Realizadas 183 subprojetos	
Física	Financeira	Física	Financeira

## **IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

**Título** do Projeto - Projetos Demonstrativos – PDA

Fonte de Cooperação Externa - United Nations Development Programme-PNUD

Agência Executora Nacional - Secretaria de Desenvolvimento Sustentável/ MMA

Início do Projeto – 21/04/2004

Término previsto – 31/12/2009

Duração do Projeto – 05 anos

Orçamento do Projeto – US\$ 5,881,925.00 (PRODOC)

### **Doação Externa via KfW**

Componente Consolidação/PADEQ – € 10.225.837,62

Componente Mata Atlântica – € 17.669.378,22

Componente PDPI - € 13.293.588,91

Área Geográfica Beneficiada – Amazônia Legal e Região de Domínio da Mata Atlântica e ecossistemas associados.

## **PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS:**

Demonstrativos do Fluxo Previsto e do Fluxo Realizado:

1 - Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador):

### **Ação 6061 - Fomento a Projetos Demonstrativos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação na Amazônia**

O ProVárzea encontra-se dentro da Ação 6061 (PDA)

O Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea - ProVárzea visa estabelecer a base técnica e científica para a formulação de políticas públicas para a conservação e gerenciamento dos recursos naturais da várzea da região central da bacia amazônica, com ênfase nos recursos pesqueiros. O projeto visa à sistematização da informação, conhecimentos científicos, e de experiências empíricas, para a formulação/elaboração de políticas públicas e de sistemas de conservação e manejo sustentáveis dos recursos naturais da várzea.

O organismo financiador:

KfW – BANCO ALEMÃO.

2 - Custo Total:

€ 4.090.335,05 – Contrato 9866237

3 - Contrapartida nacional:

€ 868.000,00 (Anexo 3 do contrato 9866237)

Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
Motivo**	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
DOAÇÃO Desembolsos a projetos	R\$ 604.075,61	R\$ 5.468.066,86	Não se aplica	
Execução Componente 3	R\$ 1.250.000,00	R\$ 4.080.025,57	Atraso na implementação do Centro de Pesquisa e Gestão de Conservação da Biodiversidade Aquática e da Várzea Amazônica (CEPAM)	O ProVárzea foi prorrogado até 30/12/2008, e o Ibama assumiu a construção do Centro.

► Avaliação crítica dos resultados alcançados nos projetos (inclusive quanto aos objetivos e metas previstos vs. Realizados).

O Contrato 9866237 do KfW financia o Componente 2 – Iniciativas Promissoras e o Componente 3 – Monitoramento e Controle.

### Componente 2 – Iniciativas Promissoras

O ProVárzea financiou 25 projetos ao longo da calha dos rios Amazonas-Solimões, que foram divididos por linhas temáticas, conforme tabela abaixo:

Manejo de Pesca	Fortalecimento Institucional	Manejo Florestal	Agropecuária
GPD	MOPEBAM	SEBRAE	FUNAGRI
AMPA	Z-20	ATRISB	CEDARP
GRANAV	IPAM	APROJA	COPVÁRZEA
PÉ-DE-PINCHA	Z-4	ATAEDI	FDB
FONTE BOA	Z-31	FASE	
ATAISS	OGPTB	AVIVE	
PISCIPESCA	IARA		
ASPAC			

#### A) Linha: Manejo de Pesca

Esta linha temática atua estabelecendo o zoneamento das áreas aquáticas, por meio do mapeamento e ações participativas, de modo a implementar acordos de pesca em lagos e canais principais, que contem com a ação dos próprios beneficiários e agentes do poder público em um sistema de vigilância, promovendo assim a manutenção e a recuperação do estoque das principais espécies de pescado e quelônios utilizadas para o consumo e comercialização. No entanto, as ações dos projetos apoiados nesta linha temática foram ainda desenvolvidas em ecossistemas terrestres, promovendo assim um manejo integrado dos recursos naturais.

Os projetos desenvolveram suas atividades em 13 municípios do estado do Amazonas e cinco municípios do estado do Pará. As ações dos projetos abrangeram diretamente cerca de 9.750 pessoas. Por meio de 122 cursos de capacitação, tais como os de manejo de lagos, beneficiamento do pescado, contagem de pirarucu, produção de farinha de peixe, e formação de Agentes Ambientais Voluntários, 2.792 pessoas tiveram seus conhecimentos aprimorados ou absorveram novas informações que vêm sendo utilizadas para melhoria do sistema de manejo implementado. Dez Instruções Normativas do Ibama que foram elaboradas e/ou reeditadas sob a influência das ações dos projetos.

##### A.1. Aprendizado:

Os projetos têm mobilizado diretamente as comunidades e gerado resultados concretos no que se refere à recuperação de estoques pesqueiros e à melhoria dos meios de vida das populações envolvidas, como é o caso do projeto de manejo de pirarucu, que proporcionou aumento na população desta espécie e maior organização da classe de pescadores.

Os acordos de pesca têm contribuído para a redução dos conflitos entre os pescadores, uma vez que eles participam diretamente na formulação das propostas de manejo que visam atender aos seus próprios interesses. Os acordos também têm desempenhado um papel importante no desenvolvimento de comunidades pesqueiras e contribuído para a descentralização dos procedimentos de gestão dos recursos naturais. Ou seja, o processo de intensificação das práticas de manejo e de desenvolvimento organizacional local tem levado ao surgimento de um novo modelo de manejo compartilhado dos recursos naturais.

Além da conservação dos estoques e da mobilização social, os projetos apoiados têm possibilitado a disseminação das tecnologias desenvolvidas por meio de intercâmbios entre os pescadores de diferentes comunidades e municípios. As experiências mais abrangentes têm propiciado o estabelecimento de parcerias entre instituições de base e órgãos públicos, facilitando o encaminhamento de demandas sociais, econômicas e ambientais das populações ribeirinhas.

## **A.2 Recomendações:**

Os acordos de pesca são reconhecidos como ferramentas importantes em ações de recuperação e ordenamento pesqueiro. No entanto, a implementação dos acordos deve vir acompanhada de forte envolvimento comunitário, eficiente sistema de vigilância e monitoramento da produção pesqueira, e amplo mecanismo de gestão, envolvendo técnicos de institutos de pesquisas, representantes dos poderes públicos municipal, estadual e federal, e colônias de pescadores, de modo a gerar subsídios concretos e mais realistas possíveis para a formulação de políticas públicas.

## **B) Linha: Manejo de Pesca**

Linha temática que visa melhorar o processo de planejamento, administração e encaminhamento dos diversos serviços de organizações que trabalham com o manejo dos recursos naturais da várzea, de modo a promover uma melhor interlocução com os diferentes atores envolvidos e a proposição de políticas públicas mais adequadas à realidade amazônica.

Os projetos desenvolveram suas atividades em nove municípios do estado do Amazonas e em 16 municípios do estado do Pará. Por meio de 82 cursos de capacitação, tais como os de informática, legislação ambiental, administração e contabilidade, gestão de conselhos, e elaboração de projetos, 2.048 pessoas tiveram seus conhecimentos aprimorados ou absorveram novas informações que vêm sendo utilizadas para melhoria do sistema de manejo implementado.

Relevantes impactos foram observados no processo de associativismo/cooperativismo: 13 instituições foram criadas a partir das ações dos projetos ou de suas parcerias estabelecidas. A maioria das instituições apoiadas obteve visível melhora na organização e participação nas discussões de questões ambientais, tornando-se, em muitos casos, referência perante as comunidades e poder público local. Observamos Colônias de Pescadores que tiveram um aumento na sua movimentação financeira e importantes conquistas sociais e políticas - representadas por quatro vereadores eleitos que saíram dos quadros das diretorias das Colônias de Pescadores de Santarém (Z-20), Juruti (Z-42), Prainha (Z-31) e Óbidos (Z-19), um secretário de pesca e 12 conselheiros municipais de saúde.

Os projetos conseguiram elevar a participação feminina nos cargos de diretoria das associações comunitárias, alcançando uma média de 32% de mulheres ocupando os cargos existentes, provocando uma grande transformação. Algumas dessas mulheres passaram a se entender como pessoas, com uma riqueza de conhecimento sobre seu ambiente, o que lhes ajuda a viver e conviver com os limites do ecossistema local.

## **c) Aprendizado:**

A promoção na participação e controle social permitiu que os representantes dos projetos apresentassem melhores condições de influenciar as políticas públicas que regulam o manejo dos recursos naturais, já que estimulam o surgimento de lideranças capazes de atuar de forma qualificada nos projetos em nível municipal e

regional.

Apesar dos avanços obtidos pelos projetos ressaltamos que, de maneira geral, as políticas públicas elaboradas para a Amazônia têm negligenciado a especificidade do ecossistema de várzea. As políticas (planejamento, desenvolvimento rural, conservação, monitoramento e controle, etc.) tendem a ser excessivamente genéricas e voltadas às florestas de terra firme. Em parte isto é devido à área de várzea ficar reduzida quando se trata a Amazônia na escala regional, o que não é proporcional à sua importância social, ecológica e econômica.

#### **d) Recomendações:**

A promoção do conhecimento através de capacitações deve ser uma estratégia priorizada, pois permite iniciar o intercâmbio do saber popular com o saber científico, reunindo, organizando e conferindo as informações dessas duas fontes e também repassando esse conhecimento de uma esfera a outra. Desta forma, os diferentes atores envolvidos no manejo dos recursos naturais poderão melhor discutir, construir e pôr em prática políticas públicas mais efetivas.

#### **Linha: Manejo Florestal**

Esta linha temática busca, por meio de ações participativas, estabelecer as bases locais e regionais para o manejo florestal comunitário madeireiro e não madeireiro, promovendo a produção de mudas para enriquecimento e recuperação de áreas degradadas, implementação de unidades demonstrativas de exploração, e beneficiamento de produtos madeireiros e não madeireiros agregando assim valor na comercialização.

Os projetos desenvolveram suas atividades em dois municípios do estado do Amazonas e em um município do estado do Pará. Por meio de 99 cursos de capacitação, tais como os de identificação botânica, marketaria, beneficiamento de sementes, inventário madeireiro, e técnicas silviculturais, 1.782 pessoas tiveram seus conhecimentos aprimorados ou absorveram novas informações que vêm sendo utilizadas para melhoria do sistema de manejo implementado.

Por meio das ações dos projetos apoiados foram manejados produtos madeireiros e não madeireiros de 18 espécies florestais, tais como açaí, pau-mulato, virola, andiroba, breu, copaíba e cumaru.

Os óleos essenciais extraídos de plantas da várzea têm sido utilizados para produzir sabonetes, velas, óleos corporais, cremes anti-reumáticos, incensos e sachês aromáticos, que estão sendo comercializados pela Cooperativa de Produtos Naturais da Amazônia - Copronat, organização criada a partir das ações do projeto executado pela Avive.

Em Gurupá foram implementadas unidades de manejo de pau-mulato como forma de diminuir a procura de árvores dessa espécie na floresta. Estas unidades apresentam ainda consórcios de espécies frutíferas com o pau-mulato, proporcionando assim um melhor aproveitamento das florestas secundárias. Anualmente, desde 2002, o projeto desenvolvido pela Fase realiza o Encontro de Manejo Florestal Comunitário do Estuário do Rio Amazonas. Durante o evento são discutidos os principais avanços e problemas comunitários e institucionais referentes ao manejo florestal madeireiro e não madeireiro.

Em Manaquiri, o projeto executado pelo Sebrae finalizou a construção da mini-usina que irá trabalhar com o beneficiamento de óleos, folhas e frutos de 10 espécies florestais para produção de fitoterápicos e fitocosméticos. Foi ainda criada a Coopfitos, cooperativa que irá promover a comercialização dos produtos manejados e beneficiados.

#### **c) Aprendizado:**

Todos os projetos desenvolvidos encontraram dificuldades para liberação dos planos de manejo florestal madeireiros e não madeireiros protocolados no Ibama e nos órgãos estaduais responsáveis. Fato devido a burocracia e pequeno número de funcionários responsáveis pela análise dos documentos protocolados, e, principalmente, pela ausência de regularização fundiária nas áreas de várzea.

#### **d) Recomendações:**

A criação de cooperativas, e a eficiente gestão das mesmas é uma importante ferramenta para o processo de comercialização dos produtos das associações sem fins lucrativos pois permitem assim a remuneração de seus cooperados;

De modo a modificar o cenário atual, sugere-se a construção e legalização de Planos de Uso, um dos principais documentos para a regularização fundiária na Amazônia, obrigatório para regulamentar a autorização de uso coletivo em áreas de conservação, de propriedade do poder público estadual, federal ou municipal. Neste processo, o estado empresta a terra para os moradores organizados em uma Associação, desde que se garanta o uso adequado da área. O Plano de Uso é então, um documento que organiza o uso da terra, através da experiência e conhecimento comunitários baseando-se nas orientações da lei brasileira de meio ambiente.

#### **Linha: Agropecuária**

Os projetos desenvolveram suas atividades em seis municípios do estado do Amazonas e em três municípios do estado do Pará. Por meio de 48 cursos de capacitação, tais como os de beneficiamento do leite, produção de composto orgânico, inseminação artificial, meliponicultura, sistemas agroflorestais, e produção de mudas, 615 pessoas tiveram seus conhecimentos aprimorados ou absorveram novas informações que vêm sendo utilizadas para melhoria do sistema de manejo implementado.

Os projetos apoiados vêm trabalhando a valorização do conhecimento tradicional, o trabalho participativo, a redução no uso de agroquímicos e a diminuição das perdas no processo de produção. Através de aulas práticas demonstrativas, foram abordadas técnicas alternativas de controle de pragas, proteção do solo, e sistemas consorciados de cultivos, promovendo assim o aumento da produção com a manutenção da área explorada.

O apoio aos projetos foi ainda fundamental no repasse de insumos agrícolas (sementes, embalagens para produção de mudas e ferramentas) e para a compra de embarcações fluviais (barco ou voadeira), que vêm sendo utilizadas para o escoamento da produção obtida.

Outro sucesso foi o manejo de abelhas sem ferrão nativas da Amazônia (*Mellipona* spp) objetivando a produção de mel e melhoria da polinização natural da floresta, existindo hoje cerca de 1.339 colméias acondicionadas em caixas padronizadas que foram disseminadas e replicadas em outras áreas da Amazônia por meio dos projetos.

#### **c) Aprendizado:**

As técnicas implementadas pelos projetos apoiados vêm desenhando modelos promissores de uso sustentável dos recursos naturais. Estes modelos contribuem efetivamente para melhoria das condições econômica (pois potencializam o acesso a novos produtos, mercados e renda), ambiental (recuperando áreas impactadas pela pecuária tradicional e recompondo a vegetação com espécies diversificadas e produtivas), e social (promovendo maior segurança alimentar e fortalecendo as ações familiares, comunitárias e institucionais).

#### **d) Recomendações:**

Iniciativas que visem à construção de consórcios, integrando representantes de instituições comunitárias, órgãos governamentais e iniciativas públicas e privadas, que proporcionem uma cadeia de produção sustentável, identificando melhores fluxos de comercialização e mercados que valorizem produtos obtidos a partir da utilização de princípios e técnicas da agricultura orgânica, de sistemas agroflorestais de quintais familiares, da pecuária diferenciada e sustentável nas áreas de várzea, e do manejo das abelhas sem ferrão da Amazônia, devem ser incentivadas, pois, somente assim, poderemos melhorar a renda das famílias e fazer com que as mesmas tenham acesso a bens e serviços até então inacessíveis.

### **Componente 3 – Monitoramento e Controle**

O Sistema de informações geográficas, esta funcionando para as localidades de Parintins, Santarém, e em uma escala mais macro para toda a várzea do Amazonas/Solimões. Os dados também estão disponibilizados através da internet (Mapas On line) no site do projeto e também em CD-Rom com o programa Poesia (Programa de observação Espacial).

Foram mapeados locais de pesca para estatística pesqueira, localização das comunidades para o censo estatístico comunitário, localização dos Agentes Ambientais Voluntários, mapeamento dos acordos de pesca. Para as Iniciativas promissoras foram mapeadas as áreas manejadas destes projetos. Todos os dados finais estão na base de informações georreferenciadas e incorporadas ao SIG do projeto.

Em relação aos Agente Ambientais Voluntários foram: 102 AAV Capacitados em Parintins; 171 AAV Capacitados em Santarém; 30 AAV Capacitados em Prainha; 39 AAV Treinados para monitoramento de Acordos de Pesca.

Dos 28 Municípios da área de abrangência da BR 163 no Estado do Pará, 15 estão sendo trabalhadas as UNIDAS, sendo 09 já implementadas e 06 em fase de implementação. No âmbito da Unida aconteceram várias ações de fiscalização com a Coordenação do IBAMA a partir de 2005, com a implementação da Campanha Permanente em Defesa da Vida – CPDV a eixo principal de atuação das Unidas passou a ser a Educação Ambiental.

Houve ainda o treinamento de comunidades para o monitoramento da captura de pescado como forma de avaliar os Acordos de Pesca estabelecidos.



## SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

## RELATÓRIO DE GESTÃO – 2007

DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERENCIAS REALIZADAS (CONVÊNIOS E OUTROS) IN.TCU-nº 85 – anexo X – item 3

## A CONTA DO PROGRAMA 0502 – AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

AÇÃO	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DO TERMO	VALOR REPASSADO NO EXERCÍCIO	OBJETIVO	SITUAÇÃO
6061.0010	PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL	-PROJETOS DEMONSTRATIVOS III – PDA – MMA/MRE/PNUD PRODOC-BRA03/009-PDA – VIGENCIA: 01/01/2004 A 31/12/2009	200.000,00	<b>OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO:</b> Contribuir para conservar a biodiversidade das florestas tropicais brasileiras e melhorar o nível de vida das populações locais pelo fomento à preservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável nas regiões da Amazônia e Mata Atlântica. <b>OBJETIVO IMEDIATO:</b> Propiciar para que comunidades locais, entidades da sociedade civil e instituições públicas desenvolvam e apliquem de forma participativa modelos inovadores e reafirmem os conhecimentos tradicionais de preservação e desenvolvimento sustentável na Amazônia	PROJETO EM CURSO
	DESCENTRALIZAÇÃO EXTERNA – AO IBAMA	Portaria nº.570/2007 de 26/11/2007	2.100.000,00	Apoio a implantação do Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea e implantação do Centro de pesquisa e Gestão da Biodiversidade Aquática e dos Recursos Pesqueiros Continentais da Amazônia – CEPAM. Em conformidade ao Acordo de Doação KFW.	EXECUÇÃO EM CURSO
	CONTRATO 029/02- VIGENCIA: DEZEMBRO/2002 A DEZEMBRO/2007.	- SEGUNDO TERMO ADITIVO - MMA/BANCO DO BRASIL – REPASSE DE CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS.	605.424,00	Serviços de repasse de contribuições financeiras visando a implementação do componente 2 do Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea – Provárzea., integrante do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7 – contrato de contribuição financeira KFW.	Vigência encerrada em 31/12/2007, em face de comprovação ao tesouro Nacional e ao Agente Doador KFW, mediante Notas de lançamentos e em conformidade às Declarações de Gastos – SOE.
<b>TOTAL</b>			<b>2.905.424,00</b>		